



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Julio Cesar Leon Maestre

PRIVATIZAÇÕES EM PORTUGAL: (Período 1997-2017)

Dissertação no âmbito do 2.º Ciclo de Estudos em Administração Pública – Privada orientada pelo Doutor João José Nogueira Almeida e apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Julho de 2019



FDUC FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Julio Cesar Leon Maestre

Privatizações em Portugal: Período 1997 – 2017

Privatizations in Portugal: Period 1997 – 2017

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra no
âmbito do 2.º Ciclo de Estudos em Administração Pública – Privada

Orientador: Doutor João José Nogueira Almeida

Resumo

Em 1997, iniciou-se um programa de privatizações pelo governo de Portugal regida por critérios e funções econômicas, como instrumento de redução da dívida pública, impulsionando o mercado de capitais, melhorando a situação financeira da economia. empresas e a competitividade da economia nacional. Seguindo este programa, o estado decidiu privatizar empresas importantes como EDP, CTT, REN, TAP, ANA e GALP.

O balanço dos efeitos das privatizações na economia de Portugal é positivo, pois significou uma mudança no mercado de serviços e bens de capital, forçando mudanças profundas na cultura organizacional, melhorando a sua organização e gestão. As privatizações foram de grande ajuda para melhorar a modernização e inovação da economia, empresas como a EDP aumentaram seus níveis de desempenho, modernização e inovação após serem privatizadas. Como resultado das privatizações, foi criado em Portugal um mercado de capitais que se desenvolveu, amadureceu e tornou-se mais credível, sendo necessário que o governo português abra a concorrência e regule o processo de privatização. No entanto, as privatizações não renderam os resultados esperados em outras questões importantes, não ajudou a reduzir a dívida pública e empresas como a Galp e CTT tiveram um declínio no seu desempenho.

A economia do Portugal é pequena e aberta, para ser competitiva, precisa de presença nos mercados externos, de forma a alcançar uma economia eficiente e competitiva. O processo de privatização ajuda de forma a seduzir os investidores para que eles invistam no país e consigam uma transformação estrutural na economia e alcancem uma economia estável.

Summary

In 1997, a privatization program was initiated by the government of Portugal ruled by economic criteria and functions, as a tool to reduce public debt, boosting the capital market, improving the financial situation of the economy, and competitiveness of the national economy. Following this program, the state decided to privatize important companies such as EDP, CTT, REN, TAP, ANA and GALP.

The balance of the effects of privatizations on the Portuguese economy is positive, inserted a change in the market for services and capital goods, forcing profound changes in the organizational culture, improving its organization and management. Privatizations helped to improve the modernization and innovation of the economy, companies like EDP increased their levels of performance, modernization and innovation after being privatized. As a result of the privatizations, the capital market in Portugal developed, matured and became more credible, requiring the Portuguese government to open competition and regulate the privatization process. However, the privatizations did not yield the expected results on other important issues, did not help to reduce the public debt and companies like Galp and CTT had a decline in their performance.

Portugal's economy is small and open, to be competitive, it needs to be present in foreign markets, in order to achieve an efficient and competitive economy. The privatization process helps to entice investors to invest in the country and achieve a structural transformation in the economy and achieve a stable economy.

Palavras Chave

- **Privatização**
- **Mercado de Capitais**
- **Ações**
- **Dívida pública**
- **Produto interno bruto (PIB)**

Keywords

- Privatization**
- Capital Market**
- Stock Market**
- Public debt**
- Gross domestic product (GDP)**

Índice

Conteúdo

1	Introdução.....	8
1.1	Exposição do problema.....	10
1.2	Objetivos do trabalho.....	11
1.3	Método.....	12
1.4	Limitações.....	12
2	Capítulo I - Estado da Arte.....	13
3	Capítulo II.....	18
3.1	Privatizações e modelos.....	18
3.2	Enquadramento teórico – Razões justificativas das privatizações.....	20
3.3	As experiências das privatizações.....	24
3.3.1	EDP.....	24
3.3.2	REN.....	31
3.3.3	CTT.....	34
3.3.4	TAP.....	38
3.3.5	Aeroportos de Portugal.....	43
3.3.6	GALP.....	47
3.4	Efeitos das privatizações.....	49
3.4.1	Efeitos positivos.....	49
3.4.2	Efeitos negativos.....	61
3.5	Evidência empírica.....	72
4	Conclusão.....	75

1 Introdução

Nos últimos 20 anos, o governo de Portugal decidiu privatizar muitas empresas importantes, entre as quais se destacam a Eletricidade de Portugal (EDP) e as Redes Nacionais de Energia (REN), estas empresas foram privatizadas em 2011 e foram das maiores privatizações do ano na Europa. Durante 2012, 2013 e 2014, Portugal ocupou o primeiro lugar no número de vendas a nível europeu e a justificativa política sempre foi a superioridade da gestão privada, combinada com a pressão das instituições europeias para reduzir o déficite e a dívida.

A primeira fase da privatização da EDP teve início em 1997, quando 30% das ações da empresa foram colocadas no mercado e no ano seguinte foram colocados 16,2% mais. O ministro da Finanças da época (Sousa Franco) garantiu que com o dinheiro obtido durante as privatizações naquele ano (1998), Portugal estaria entre os cinco ou seis países da União Europeia com menos dívida pública. Entre 1994 e 1998 EDP registou mais de 2 mil milhões de euros em lucros, e em outubro de 2000 o Estado vendeu 20% das ações da EDP, atraído 325 mil acionistas e apenas um 10% da venda permaneceu em Portugal, cerca de 70% das ações foram comprados na Inglaterra e nos Estados Unidos. Isso não foi apenas uma venda, a empresa passou por um processo de reforma para se adaptar à estratégia de maximizar lucros, o número de empregos foi reduzido de 22 mil para 11 mil no ano 2000 e muitos locais de atenção foram fechados.

No final de 2004, regista-se a entrada da CajaAstur (5%), correspondendo na entrada da EDP no capital da espanhola Hidrocantabrico. A estrutura acionista da EDP reparte-se entre vários grupos, e a posição do Estado é reduzida para 25%. Entre 2004 y 2009, EDP entregou em dividendos mais de mil milhões de euros, apesar de acumular uma dívida gigantesca equivalente a cerca del 9% do produto interno bruto português (15 mil milhões de euros). En 2015 a EDP continuava no topo da remuneração de acionistas e gestores e a dívida manteve-se aos níveis dos dez anos anteriores.

As privatizações da EDP e da REN causaram polémica quando o Ministério Público identificou sinais de tráfico de influências, manipulação de preços e tráfego de informação privilegiada em 2012. Em 2011, o presidente da empresa chinesa que estava encarregada de dirigir a compra da EDP (Three Gorge) considerou que a compra era barata e no próximo ano promoveu ao comité central do Partido Comunista Chinês e foi nomeado vice-governador de uma província chinesa (Hubei). Durante este processo surgiram mais irregularidades, a Associação Transparência e Integridade registou que na comissão eventual para o acompanhamento das medidas do programa, havia deputados que tinham assento com interesses diretos em empresas envolvidas em privatizações. O órgão do tribunal de contas (TdC), reuniu-se apenas com a comissão de acompanhamento da privatização da EDP quando o processo já estava fechado, e as nomeações para os órgãos sociais da EDP pelo accionista chinês causaram perturbação.

Em outubro de 2011, durante a oitava fase de privatização, a EDP tinha três quartos das suas participações nas mãos de empresas estrangeiras, a empresa chinesa Three Gorges possui 21% e a americana Capital Group com 14,5% foram as que tiveram maior peso. A EDP é a empresa que mais dividendos entregou aos acionistas entre 2008 e 2015 (4,4 mil milhões de euros). A maior parte desses lucros resultou das rendas excessivas pagas pelo Estado. Uma das razões para a compra da EDP pelo estado chinês é o acesso à sua inovação tecnológica, sua presença internacional e aproveitamento do monopólio. Em 2012, o secretário de Estado (Henrique Gomez) apresentou sua demissão do governo criticando a compra pelos chineses.

A empresa Redes Energéticas Nacionais (REN) integrou o grupo Energias de Portugal (EDP) até 1994, quando foi constituída como uma empresa pública autónoma com a propriedade de redes de transporte de energia importadas e produzidas em Portugal. Em 2007, o governo alienou 19% do capital da empresa e 5% foram detidos pela EDP. O estado teve a administração da empresa até 2014 quando as últimas ações da empresa foram vendidas e passaram para o controle chinês.

Outra empresa importante em Portugal que foi privatizada foi a companhia aérea portuguesa TAP, que teve sua primeira fase de privatização em 2000, quando o governo aprovou a venda de 34% de suas ações após 3 anos de negociação. Uma das razões para a venda foi a rentabilidade da empresa suíça SAir Group, no entanto a empresa TAP fez um mau negócio durante este período. Em 2007, a TAP adquire 90% das acções da empresa VEM (Varig Engenharia e manutenção),

mas o preço desta compra não foi claro e foi objecto de investigação pela Procuradoria-Geral da República. Em 2014, o processo de privatização foi investigado e falhou devido a suspeitas de corrupção e tráfico de influência. No entanto, em 2015 foi anunciada a concretização da venda da companhia à Atlantic Gateway, e um ano depois em 2016 o o governo anunciou que está em processo de recuperação de 50% do capital, através de um processo de reprivatização da empresa.

Aeroportos de Portugal (ANA), também foi privatizada em 2012, quando o Governo aprovou em Conselho de Ministros, a venda da ANA à Vinci, por 3 mil milhões de Euros. Esta privatização é regulada pelo decreto lei 232/2012 que afirma que, de acordo com o programa do XIX Governo Constitucional, está prevista a execução de um programa de privatizações que inclui a Aeroportos de Portugal, S. A. (ANA, S. A.), no quadro das medidas a adotar com vista à promoção do ajustamento macroeconómico nacional

Neste trabalho analisaremos as razões das privatizações dessas empresas, suas conseqüências, e analisamos se as privatizações dessas empresas deram o resultado esperado e foram boas decisões do governo.

1.1 Exposição do problema

As privatizações nas empresas são decisões do governo que causam polêmica, porque nem todos concordam com elas porque podem causar um impacto negativo na empresa e na economia do país. Em 1997, iniciou-se um programa de privatizações pelo governo de Portugal regida por critérios e funções econômicas, como instrumento de redução da dívida pública, impulsionando o mercado de capitais, melhorando a situação financeira da economia. empresas e a competitividade da economia nacional.

A venda da EDP para os chineses e a privatização da TAP causaram polêmica, pois são empresas importantes em Portugal e alguns consideraram que isso afetaria o sector empresarial do estado. As privatizações da EDP e da REN causaram polêmica quando o Ministério Público identificou

sinais de tráfico de influência, manipulação de preços e tráfico de informação privilegiada em 2012. Em 2014, o processo de privatização da TAP também foi investigado e falhou, devido a suspeitas de corrupção e tráfico de influências, e o caso permaneceu controverso quando em 2016 o governo anunciou que está em processo de reprivatização da empresa para recuperar 50% do capital. Apesar de terem sede em Portugal, estas grandes empresas deixaram de ser portuguesas, vendendo uma grande parte das suas ações para grupos estrangeiros e passaram para o seu domínio. Estas vendas foram necessárias para atrair capital para a economia e ajudar a combater a vulnerabilidade económica de Portugal.

As privatizações foram realizadas com o objetivo de reduzir a dívida pública e melhorar o desempenho das empresas privatizadas. Depois de um período de privatização, neste trabalho vamos analisar se é verdade que as empresas melhoraram o seu desempenho e seu impacto na dívida pública de Portugal.

As privatizações têm consequências positivas e negativas, razão pela qual as seguintes questões são colocadas neste trabalho: 1) A privatização é realmente uma má ideia?, 2) Quais foram as razões para privatizar a EDP, REN, TAP, CTT, GALP e ANA?, 3) Quais foram os impactos negativos dessas privatizações?, 4) Quais foram os resultados positivos dessas privatizações?.

1.2 Objetivos do trabalho

O objetivo deste trabalho é procurar informações sobre as mais recentes privatizações de grandes empresas em Portugal, analisar em profundidade todas as informações disponíveis sobre as privatizações em Portugal e fornecer informações para futuras pesquisas. Os seguintes objetivos específicos também são propostos:

- Explicar as razões das privatizações em Portugal no período 1997-2017
- Analisar os efeitos negativos das privatizações da EDP, REN, CTT, TAP, GALP e ANA
- Analisar os resultados positivos das privatizações da EDP, REN, CTT, TAP, GALP e ANA

1.3 Método

Para a realização deste trabalho, será usado um método qualitativo, descrevendo as razões para as privatizações em Portugal, seus efeitos negativos e seus efeitos positivos. Para o efeito, foram recolhidas informações sobre as privatizações em Portugal, em livros e artigos sobre o assunto e as consequências foram analisadas após o início das privatizações. Foi necessário analisar as situações das empresas privatizadas (EDP, REN, CTT, ANA, GALP e TAP), para descrever e analisar os motivos de privatização. A situação das empresas após as privatizações também foi analisada, através da compilação de dados que ajudam a determinar se a privatização melhorou o seu desempenho e ajudou a economia de Portugal.

1.4 Limitações

Nos últimos anos, o governo de Portugal tem privatizado muitas empresas importantes e a informação de privatizações não é divulgado em público . Por isso neste trabalho vamos falar e analisar 6 casos relevantes de privatizações em Portugal: A privatização de EDP, REN, CTT, TAP, GALP e ANA. Durante estas privações houve situações controversas que foram casos de investigações pelo tribunal, mas nem todas as informações dessas investigações são públicas, É por isso que outra limitação deste trabalho é a informação obtida a partir das investigações que foram divulgadas.

2 Capítulo I - Estado da Arte

A jornalista em economia Ana Suspiro (2015), considerou que a venda da EDP foi um teste à capacidade de Portugal de atrair investidores internacionais. A consulta a possíveis investidores, atraiu um número de empresas suficientes, mas apenas 6 avançaram com uma proposta. Uma grande parte das ações da EDP foi vendida para a empresa chinesa Three Gorges, apesar de algumas divergências do governo português. Preterir a oferta chinesa teria consequências negativas em outras privatizações, especialmente na REN onde já se percebeu quem seria o candidato mais forte. O governo português levantou duas hipóteses, a primeira foi a de que os chineses não poderiam ganhar a EDP e a REN e a outra que se fossem afastados da EDP com a melhor proposta, não estariam interessados na REN. Por fim, a venda da EDP para os chineses foi anunciada no final de 2011 por 2.700 milhões de euros, o que representa quase o dobro do valor de mercado da participação vendida.¹

Após a venda da EDP, o processo de venda da REN começou, e estas operações no setor elétrico foram um teste fundamental para o sucesso de todo o programa de privatizações. Esta venda atraiu menos interessados e vários ficaram na estrada, dos 40 grupos contatados, 4 ofertas indicativas surgiram. A empresa britânica National Grid, queria o controle da REN, quando o capital para venda era limitado a 33% e não passaram a primeira fase. A empresa colombiana Isa, foi muito bem vista pela administração da REN, mas na reunião final vetou a apresentação de uma oferta vinculativa, para evitar a exposição a crise do euro. A empresa canadense Brookfield deixou a competição por não ter tempo para apresentar uma boa proposta. O grupo chinês State Grid e o grupo petrolífero de Omã passaram para a próxima fase e os consultores financeiros apelidaram esse processo de projeto Maxwell.

State Grid era uma forte candidata e já tinha cooperado com a REN antes da venda, mas queria nomear os gerentes e diretores da empresa que seriam discutido pelo governo português. Além disso, eles queriam mais de 25% das ações disponíveis permitidas pela legislação europeia. Foi um processo controverso que envolveu negociações para determinar a natureza estratégica da empresa de redes. Embora a REN seja mais sensível estrategicamente do que a EDP, a transição

¹ Suspiro, A (2015). "Portugal a venda", (pp 59)

foi conseguida com um pequeno prémio de acordo com o governo, mas saudaram-na como um sucesso.

Estas duas privatizações renderam mais de 3 mil milhões de euros para Portugal, permitiram cumprir 60% do plano acordado e foram uma das poucas coisas que correram bem na fase inicial da execução do programa. No entanto, 6 meses depois, foram publicadas conversações comprometedoras por parte dos responsáveis por aconselhar financeiramente as vendas da EDP e da REN. Suspeitou-se que houve troca de informações confidenciais sobre os preços antes de fechar a proposta do Banco Espírito Santo de Investimento (BESI) e dos assessores do governo.²

A investigação procurou determinar se o banco recebeu ajuda externa para ajudar seu cliente a vencer. O grupo chinês Three Gorges foi o último a apresentar uma oferta e foi aconselhado pelo BESI. O preço da oferta era tão alto que não dava chance à concorrência.

Um trabalho publicado pelo economista Ricardo da Luz Felipe (1999), considerou que as privatizações são feitas pelas necessidades do governo que eles provam para melhorar a economia do país. O governo precisa de menos dívida para financiar suas despesas e um caminho que pode resolver isso é com o dinheiro obtido pelas privatizações. Vários estudos confirmaram que as privatizações trazem benefícios para a economia do país devido ao desempenho das empresas e do dinheiro gerado para o Estado. as empresas privatizadas não geram dívida pública, capital geral para o estado e geram benefícios para o setor público do país.

A extensão das privatizações na economia do país gera uma consciência dos cidadãos no dever e liberdade para intervir no destino do país, se não houver ligação direta entre a atividade econômica e o risco do investidor, não haverá uma cultura de negócios necessária para o desenvolvimento adequado da economia do país. Esse importante retorno na economia, força a redefinir o papel do Estado. Alguns autores consideram que a privatização ocorre quando a propriedade é transferida (total ou parcialmente) do Estado para o setor privado. Outros consideram que a privatização só ocorre quando o Estado se retira completamente da atividade em causa e outros consideram que isso acontece com a transferência de serviços e funções para o setor privado, sem modificar sua propriedade.

² Suspiro, A (2015). *Portugal a venda*, (pp 61)

Um dos objectivos das privatizações estabelecidas pelo governo português em 1998 é promover o reforço da competitividade da economia portuguesa, tanto pela dinamização do mercado de capitais, como pela melhoria da situação financeira de algumas empresas do sector público. Outros objectivos são: contribuir para a redução da dívida pública, a ampla participação dos cidadãos e dos interesses económicos portugueses e criar condições para um desenvolvimento sustentado e equilibrado do mercado de capitais para o reforço e crescimento da comunidade empresarial nacional.

O programa de privatizações estabelecido em 1998-1999 tentou concretizar a modernização, aumento da competitividade, reestruturação setorial e reforço da capacidade tecnológica e empresarial nacional. Cada operação de privatização é delineada e implementada em obediência a estratégias e modelos mais adequados à conjuntura dos mercados de capitais nacionais e internacionais, permitindo uma melhor defesa dos interesses patrimoniais do Estado.

Um trabalho realizado por Maria de Lurdes Rodriguez (2012), identificou 5 fases de privatizações desde 1989 que Portugal continua com a política de privatizações. A primeira fase foi de 1989 a 1995, na qual foi criada uma lei-quadro de privatizações, que ampliou a autorização de venda para 49%. Durante este período, o processo de privatização foi gradual mas consistente. A segunda fase foi de 1995 a 2000 e o processo ganhou mais força. Durante este período, os setores de eletricidade e telecomunicações estavam em processo de privatização. Nesta fase iniciou-se a privatização da EDP (1997). Na terceira fase (2005-2010), houve um declínio no processo de privatização e nenhuma privatização significativa ocorreu.³

Na quarta fase (2006-2010) registou-se um aumento significativo do processo de privatizações e o setor elétrico também foi afetado, durante esta fase a privatização da parte restante da REN começou. Na quinta fase, iniciada em 2011, Portugal prossegue com o processo de privatizações, de acordo com as obrigações do memorando de entendimento, que inclui as privatizações da EDP, da REN e da TAP.

Uma das controvérsias geradas pelas privatizações é definir se há setores ou não que devem permanecer no controle do Estado, para isso é necessário definir a natureza estratégica desses bens, considerar que os mercados financeiro e de capitais não garantem investimentos de longo prazo e

³ Rodriguez, M (2012), "*Políticas públicas em Portugal*"

a existência de dúvidas sobre a capacidade do setor privado de garantir o acesso a bens básicos com o princípio de igualdade. A experiência internacional serve como exemplo para demonstrar que vários setores que são alvos de privatizações são serviços de interesse geral ou monopólios naturais. Isso produz uma atenção aos mecanismos de regulação dessas atividades que asseguram equidade, sustentabilidade e interesse público. Nos países da União Europeia, ainda há “*golden shares*”, apesar das sentenças emitidas do Tribunal de Justiça Europeu contra eles.

A economia do Portugal é pequena e aberta, para ser competitiva, precisa de presença nos mercados externos, a fim de alcançar uma economia eficiente e competitiva. O processo de privatização ajuda de forma a seduzir os investidores para que eles invistam no país e consigam uma transformação estrutural na economia e alcançar uma economia estável. Desde que Portugal adotou o modelo de privatização no final de 1980 alcançou o objetivo definido de atingir o mercado de capitais e de integrar melhor com a comunidade europeia, Portugal continua com o modelo de privatização com o objetivo de continuar a melhorar a economia e reduzir a dívida pública.

O balanço dos efeitos das privatizações na economia de Portugal é positivo, pois insere uma mudança no mercado de serviços e bens de capital, forçando mudanças profundas na cultura organizacional, melhorando a sua organização e gestão. As privatizações foram de grande ajuda para melhorar a modernização e inovação da economia, empresas como a EDP aumentaram seus níveis de desempenho, modernização e inovação após serem privatizadas. Como resultado das privatizações, foi criado em Portugal um mercado de capitais que se desenvolveu, amadureceu e tornou-se mais credível, sendo necessário que o governo português abra a concorrência e regule o processo de privatização.

A jornalista Isabel de Almeida (2016), considerou a TAP uma das empresas mais emblemáticas de Portugal, que foi comprada pela empresa luso-brasileira Gatheway e ficou com 61% da companhia aérea. A companhia aérea não estava em uma boa situação econômica e a concorrência estava se tornando difícil com as companhias aéreas de baixo custo que estavam ganhando terreno no mercado. Por esta razão o governo decidiu privatizar esta empresa, mas o processo não foi tão fácil como o governo esperava porque a situação financeira da TAP não era tão boa como a EDP

e a REN que também foram privatizadas e o governo português já sabia que seria um processo mais complicado e difícil.⁴

O Estado não podia colocar dinheiro na companhia aérea porque as regras da União Europeia proibem por possíveis distorções da concorrência. Apesar disso, a intenção do governo era vendê-lo, mais cedo ou mais tarde. Em 2014, muitos problemas ocorreram na companhia aérea, vôos cancelados e atrasados e perda de bagagem. A desculpa da companhia aérea foi o atraso na entrega de seis aeronaves e a inauguração de novos destinos mais complicados para a companhia aérea. Apesar de ser uma empresa pouco atraente para os investidores devido à sua situação econômica, o estado brasileiro mostrou interesse na TAP através de seu banco BNDES e de um financiamento de Azul. O processo de privatização foi acusado de não ser transparente e complicado, a única maneira de fechar o acordo era com a garantia de que o governo português compraria a TAP se a empresa Gateway que tinha controle sobre ela entrasse em uma violação com o bancos.

Em fevereiro de 2016, o processo de privatização da TAP foi alterado, quando foi assinado um memorando de entendimento, em que a empresa Atlantic Gateway concedeu 61% das ações da TAP e permitiu ao Estado controlar 50%. Com este acordo o estado recuperou o controle da TAP, mas pagaria 30 milhões de euros para fechar o acordo e poderia nomear o presidente do conselho de administração da empresa. O Estado conseguiu recuperar parte do controle da TAP, mas a meta de vender todo o capital previsto para 2018 não foi alcançada, e a empresa permanece nas mãos dos brasileiros e com as portas abertas para o capital da China.

⁴ Almeida, I (2016), *“Negócios da china”*

3 Capítulo II

3.1 Privatizações e modelos

Privatização pode ser definida como a transferência de atividades, direitos e ativos do setor público para o setor privado.⁵ Elas compreendem um conjunto de decisões e três categorias de privatizações podem ser identificadas: a privatização indireta, a privatização funcional e a privatização substancial. A privatização indirecta inclui aquelas decisões públicas voltadas à desregulamentação de certos setores da economia, ao incentivo de instituições alternativas como a previdência social, na abertura dos monopólios à concorrência e à perda de privilégios das empresas públicas. Nesse tipo de privatização, é difícil estimar o impacto nas finanças públicas, uma vez que não é possível isolar os efeitos dessas medidas no contexto das circunstâncias que afetam a atividade das empresas públicas e sua produtividade.

Na privatização funcional, a administração da empresa é transferida para um agente privado, através de uma concessão na qual as condições (preço, serviços e nível de qualidade) são determinadas. Por outro lado, na privatização substancial, há uma efetiva transferência de propriedade de todos ou parte dos ativos de uma empresa do setor público para o setor privado.

Existem quatro tipos de atividades que podem ser identificadas nas privatizações,: a liberalização do sistema econômico, a transferência de propriedade de ações, a prestação privada de serviços e bens públicos, e a avaliação e gestão privada de empresas e entidades públicas. A liberalização do sistema econômico consiste em eliminar as barreiras que impedem a concorrência, com isso permite a competição em atividades que tiveram uma situação de monopólio ou com barreiras de entrada muito altas.⁶

A transferência de propriedade ou controle do setor público para o setor privado é a segunda atividade e inclui as decisões de venda das ações das empresas e as atividades secundárias da empresa. A transferência pode ser feita silenciosamente e sem publicidade ou de forma aberta, através do desenvolvimento de uma estratégia global de vendas.

⁵ Cano Soler (1998)

⁶ Ignacio Amate (2007), *“La desregulación y privatización de las empresas públicas”*, pp.16

A provisão privada de bens e serviços públicos é uma atividade de privatização que consiste na avaliação estadual para facilitar que vários serviços públicos sejam oferecidos pelo setor privado.

Existem três variantes nas privatizações: empresas competitivas, monopólios e contratação externa. Na privatização de empresas competitivas, o Estado transfere para o setor privado empresas que atuam no mercado de produtos competitivos sem falhas de mercados substanciais.

A privatização dos monopólios ocorre quando o Estado transfere para o setor privado empresas que têm um forte poder de mercado sem concorrência e a contratação externa ocorre quando o Estado transfere serviços financiados com recursos públicos para o setor privado.

As privatizações podem ser vistas como a resposta para os problemas de ineficiência da empresa pública, é um meio de melhorar a eficiência e competitividade da empresa e compreende um conjunto de decisões que vão além da transferência de propriedade ou controle de atividades públicas para o setor privado da economia e que inclui a eliminação de barreiras legais que impedem que novas empresas entrem no mercado.⁷

No processo de privatização, devem ser diferenciadas dois tipos de decisões relevantes por seus efeitos sobre a eficiência da empresa, mudanças na propriedade da empresa e melhorias no nível de concorrência dos mercados em que atuam.

Existem dois modelos básicos de privatizações, o pulverizado e o concentrado. Na privatização pulverizada, as ações são vendidas para o maior número de potenciais compradores, usando uma oferta pública de ações a um preço fixo, geralmente baixa para atrair um grande número de compradores. Por outro lado, na privatização concentrada, as ações são oferecidas a grupos que se qualificam para o leilão e as vendas diretas podem ser utilizadas. Neste modelo o número de interessados é pequeno e é o modelo mais adotado mundialmente.⁸

A privatização pulverizada tem a vantagem de acelerar o processo de privatização, principalmente pela conquista do apoio político e da popularidade do governo, mas para que haja democratização do capital é necessário que as ações das empresas sejam vendidas a preços baixos.

⁷ Álvaro Cuervo (1997), *“La Privatización de la empresa pública”*, pp. 83

⁸ Ana Claudia (2016), *“Finanças Públicas”*, pp. 59

O modelo de privatizações pode ser diverso em diferentes países, por exemplo no Reino Unido, um modelo neoliberal clássico foi implementado com o objetivo de garantir maior eficiência dos serviços e transformar grandes setores da população em proprietários, através da pulverização de ações. No Brasil, um modelo de privatização foi implementado a partir de 1990 com o objetivo de resolver as necessidades econômicas e gerar mudanças no sistema econômico com o objetivo de buscar a participação de parceiros comerciais, eles não se concentraram no modelo pulverizado ou no concentrado.⁹

De acordo com o setor da economia que o Estado decide aplicar um programa de privatização, o Estado pode usar modelos diferentes. No caso do setor elétrico em Portugal, o Estado aplicou um modelo complexo entre o sistema público e um sistema independente. Nesse modelo, o sistema público mantém a natureza obrigatória da administração e a equalização de taxas, mas a estrutura geral da estrutura e o desenvolvimento da competição são de responsabilidade do sistema independente.¹⁰

3.2 Enquadramento teórico – Razões justificativas das privatizações

Existem muitas razões pelas quais um governo decide privatizar uma empresa, pode ser por razões econômicas, políticas ou legais e em Portugal foi um pouco de cada uma das razões. No final dos anos noventa, houve um aumento do número de privatizações em Portugal, devido às transformações no sistema internacional e à livre circulação de capitais. As privatizações ajudam a melhorar a eficiência do sistema económico do país através de investimentos estrangeiros que integram Portugal no mercado internacional. Para uma pequena economia como a de Portugal, é importante ser competitivo e ter uma presença no mercado externo, conseguindo uma economia eficiente, para isso, também é necessário ter condições de atrair capital estrangeiro, porque a capital nacional não é suficiente para alcançar uma economia eficiente e estável. As privatizações são uma forma de atrair investidores estrangeiros que buscam investir em economias em processo de transformação. Além disso, uma integração nos mercados internacionais que Portugal quer, é

⁹ Bernardo Sorj (2006), “A nova sociedade brasileira”, pp. 69

¹⁰ Organización Internacional del trabajo (1999), “*Gestión de la privatización y reestructuración de los servicios públicos*”, pp. 9

conseguida graças à livre circulação de capital que as privatizações geram. As privatizações foram positivas para Portugal na década de 80, quando ajudou a desenvolver o mercado de capitais, a integração económica europeia, a adopção da moeda única e a redução da dívida pública.

Desde o final da década de noventa, a economia portuguesa enfrenta quatro desafios fundamentais: o crescimento do Produto Nacional Bruto, a modernização das infraestruturas das entidades públicas, a internalização e as privatizações necessárias para alcançar os desafios colocados.

Um dos objectivos das privatizações estabelecidas pelo governo português em 1998 é promover o reforço da competitividade da economia portuguesa, tanto pela dinamização do mercado de capitais, como pela melhoria da situação financeira de algumas empresas do sector público. Outros objectivos são: contribuir para a redução da dívida pública, a ampla participação dos cidadãos e dos interesses económicos portugueses e criar condições para um desenvolvimento sustentado e equilibrado do mercado de capitais para o reforço e crescimento da comunidade empresarial nacional.

O programa de privatizações estabelecido em 1998-1999, tentou concretizar a modernização, aumento da competitividade, reestruturação setorial e reforço da capacidade tecnológica e empresarial nacional. Cada operação de privatização é delineada e implementada em obediência a estratégias e modelos mais adequados à conjuntura dos mercados de capitais nacionais e internacionais, permitindo uma melhor defesa dos interesses patrimoniais do Estado

Uma das razões para decidir privatizar uma empresa é que nas privatizações o mercado de bens e capitais funciona de uma maneira diferente, forçando grandes mudanças na cultura de negócios, alcançando uma cultura de eficiência na busca de objetivos claros, e com fortes penalidades em caso de não cumprimento dos objetivos. As privatizações conseguem modernizar e melhorar o desempenho das empresas, o que foi uma das razões pelas quais o governo português decidiu privatizar a EDP e a REN.

Tendo em vista objectivos de natureza financeira, considerando-se a necessidade de manutenção de uma adequada margem de flexibilidade na condução da operação, bem como o ajustamento da quantidade e do preço de venda das acções às condições de mercado e às intenções de compra manifestadas, o Estado estabeleceu uma autorização genérica para alienação de acções até ao limite de 49% do capital social da EDP em 1997.

O Governo decidiu privatizar total ou parcialmente algumas das empresas de que é accionista, prevendo o encaixe de milhões de euros nos próximos anos. A medida foi parte à necessidade de obter receitas num curto espaço de tempo para amortizar a dívida pública. Em causa estavam empresas onde o Estado era accionista único (como a TAP, e os CTT) e outros que ele não era um accionista único.

Nunca se assistiu a privatizações no Sector Empresarial do Estado de forma tão urgente e devido exclusivamente à necessidade de baixar a dívida pública. As privatizações realizadas na década de 90 serviram essencialmente para dinamizar a economia e o tecido empresarial e realizaram-se após um debate profundo sobre as áreas estratégicas para o Estado.¹¹

Uma das vantagens das privatizações é a melhoria na eficiência, já que procurando maximizar o lucro, têm incentivo em cortar custos e serem mais eficientes. Outra vantagem é o aumento da concorrência. As privatização de monopólios estatais ocorrem, frequentemente, em conjunto com a desregulamentação, ou seja, políticas para permitir que mais empresas entrem no setor e assim aumentar a competitividade do mercado, havendo um maior estímulo para a melhoria da eficiência, dependendo largamente da natureza do mercado.

Em 2011, o Estado assinou o Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) entre Portugal, a União Europeia e o Fundo Monetário Internacional (FMI), com uma estratégia que visava o restabelecimento da confiança dos mercados financeiros internacionais e a promoção da competitividade e do crescimento económico sustentável. O Programa assentou em três pilares: consolidação orçamental, estabilidade do sistema financeiro e transformação estrutural da economia portuguesa. Um dos objetivos do programa, foi de criar condições que permitiu melhorar o funcionamento do mercado no sector das telecomunicações e serviços postais, com a privatização dos CTT. Outro objetivo foi a reprivatização da TAP no quadro das medidas a adotar com vista à criação das melhores condições para o desenvolvimento futuro da empresa e do seu crescimento sustentável.

Também nesse ano de 2011, o Estado afirmou que acelerou o programa de privatizações. O plano para o período até 2013 foi incluído transportes (Aeroportos de Portugal, TAP) energia (EDP, e REN), comunicações (Correios de Portugal), e seguros, bem como uma série de empresas de

¹¹ Fatima Marianom, “Quando privatizar é a solução para a crise”, (2010), Jornal de Noticias

menor dimensão. O plano tinha como objectivo uma antecipação de receitas de cerca de 5,5 mil milhões de euros até ao final do programa, apenas com alienação parcial prevista para todas as empresas de maior dimensão. O Governo se comprometeu a ir ainda mais longe, prosseguindo uma alienação acelerada da totalidade das acções na EDP e na REN, e tinha a expectativa que as condições do mercado permitiria a venda destas duas empresas, bem como da TAP, até ao final de 2011.

Para o Estado, a TAP tinha o seu futuro imediato ameaçado, o Governo estava preocupado por uma possível redução do número de rotas e frequências, uma redução significativa do número de trabalhadores e dos salários dos trabalhadores que estavam na empresa. Com isso eles tinham uma TAP mais pequenina e com um impacto muito menor na economia nacional.

O Governo também pensou que não deve ser papel do Estado a produção e distribuição de energia, função que supostamente seria mais bem feita pelos privados. O Estado não mostrou qualquer preocupação em perder o controlo da produção e distribuição da energia em Portugal, e apostaram na oferta das condições mais apetecíveis aos Estados que queriam à compra da EDP.

O governo aprovou a privatização do CTT em 2013, na tentativa de alcançar uma racionalização do serviço, que tem como motivo a diminuição dos serviços postais tradicionais como a carta, substituídos pela expansão das comunicações digitais, e tendo em vista o desenvolvimento estratégico da empresa, através de uma oferta pública de venda, podendo esta ser combinada com uma venda directa a uma ou mais instituições financeiras que fiquem obrigadas a proceder à subsequente dispersão junto de investidores nacionais ou estrangeiros.

As privatizações da Rede Eléctrica Nacional (REN) e a Galp foram feitos com o objetivo de servir como elementos dinamizadores para o mercado de capitais português. O Estado estava procurando uma reestruturação do sector energético português, que diversificou a oferta no mercado e aumentaria a sua liquidez. A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários tinha a intenção de em conjunto com o Governo, relançar e dinamizar as actividades do Conselho Nacional do Mercado de Valores Mobiliários, que agrupa bolsas, reguladores, Governo e intervenientes do mercado, e promover a dinamização do mercado de capitais português, atraindo novos investidores.

Em 2015, o Estado anunciou uma nova estratégia de privatizações e concessões, acompanhada de um projeto público que explicou os objetivos a atingir. Sempre que a privatização ou concessão seja a solução adotada, interessa ao Governo fazer uma análise objetiva sobre o método a prosseguir, nomeadamente sobre as condições de efetiva supervisão e regulação das atividades a privatizar ou concessionar. A estratégia de privatizações e concessões do Governo, explicada no cenário macro-económico, é regulada, virtuosa, monitorizada, orientada e transparente.

3.3 As experiências das privatizações

3.3.1 EDP

A EDP começou por ser uma Empresa Pública, e viu o seu estatuto ser transformado sucessivamente em Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos e, seguidamente, Sociedade Anónima de capitais maioritariamente públicos. As acções representativas do capital social da EDP foram inicialmente admitidas à negociação no mercado de cotações oficiais da NYSE Euronext Lisboa (então denominada Bolsa de Valores de Lisboa) em 16 de Junho de 1997, sendo posteriormente sujeita a mais fases de reprivatização. Em 17 de Julho de 2000 foi realizado um Stock Split de 1 por 5 em consequência da alteração do valor nominal das acções representativas do capital social da EDP, de 5 euros para 1 euro.

Em Novembro de 2004, a EDP procedeu a um aumento de capital através da oferta pública de subscrição, reservada aos accionistas, de 656.537.715 novas acções com o valor nominal de 1 euro cada, ao preço unitário de 1,84 euros.¹²

A primeira fase de privatização da EDP ocorreu em Junho de 1997, com a alienação de 179.960.000 acções representativas de 29.99% do capital da EDP (na altura constituído por 600 mil milhões de acções com o valor nominal de 1.000 escudos) e foi aprovada através do Decreto-Lei nº 78-A/97 de 7 de Abril.

¹² Fases da privatização EDP, <https://www.edp.com/pt-pt/investidores/acao-edp/privatizacao>

A operação consistiu numa oferta combinada de acções através de uma Oferta Pública de Venda (OPV) no mercado nacional destinada a pequenos subscritores, público em geral, obrigacionistas e trabalhadores da EDP; e de uma Venda Directa dirigida a Investidores Institucionais que ficaram obrigados a proceder à posterior dispersão das acções, nomeadamente em mercados internacionais.

Os termos desta primeira fase de privatização foram definidos pelas Resoluções do Conselho de Ministros nºs 68/97, 82/97 e 95/97. Das 179.960.000 acções alienadas, 2.388.000 ficaram retidas como prémio de fidelidade (1 acção por cada 25 acções subscritas e detidas por mais de um ano por accionistas pequenos subscritores, emigrantes e trabalhadores da EDP), tendo sido efectivamente atribuídas 1.307.261 acções no mes de Junho de 1998.¹³

A segunda fase de privatização, aprovada através do Decreto-Lei nº 315/97, de 19 de Novembro e regulamentada através da Resolução do Conselho de Ministros nº 69/98, teve lugar em Maio de 1998 e correspondeu à celebração de um acordo de parceria estratégica entre a EDP e a congénere espanhola Iberdrola, pelo qual cada uma das empresas ficou com a opção de adquirir 2,25% do capital social da outra. A Iberdrola exerceu a sua opção durante a terceira fase de reprivatização.

O Decreto-Lei nº 315/97, de 19 de Novembro transformou a EDP de uma empresa pública em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, prevendo a criação de um conjunto de novas sociedades por cisão simples da EDP. Tinha como objetivos: a concretização da estratégia de abertura progressiva do mercado nacional de electricidade, no quadro da Directiva Comunitária sobre o Mercado Interno de Electricidade, a concretização e desenvolvimento do processo de internacionalização da EDP com base na constituição de alianças estratégicas à escala global a partir das quais se possa assegurar um posicionamento mais efectivo e ambicioso nos mercados internacionais e, em particular no mercado europeu, o reforço da posição da EDP nas negociações relativas à liberalização do mercado de electricidade na União Europeia, o acesso privilegiado, pela cooperação estratégica com novos parceiros, a novos mercados, como a América Latina e a Europa Central e de Leste, onde as grandes oportunidades de negócio aconselham partilhar uma posição especial da EDP, com a necessidade de suportes financeiros acrescentados, a criação de condições especiais de cooperação tecnológica, de produtos, serviços, processos, modos e técnicas de organização e gestão, num quadro de partilha de competências nas áreas da engenharia de

¹³ 1ª Fase de Privatização / IPO fonte: <https://www.edp.com/pt-pt/acao-edp/privatizacao/1a-fase-de-privatizacao-ipo>

projecto e da capacidade de concepção e desenvolvimento, traduzindo ganhos importantes em termos de eficiência, produtividade, qualidade e capacidade de penetração em novos sectores e ou subsectores, como o gás, as energias renováveis e as telecomunicações, a prestação competitiva de novos serviços, como sejam, por exemplo, os ligados à promoção de uma utilização racional e eficiente de energia a nível doméstico e produtivo, e a compensação dos custos e riscos da posição periférica de Portugal no quadro da União Europeia, em matéria de energia

A terceira fase de privatização da EDP realizou-se em Junho de 1998 com a venda de mais 97.100.000 acções da Empresa, correspondentes a 16,2% do Capital Social.¹⁴ A Operação foi aprovada pelo Decreto-Lei nº 94-C/98, de 17 de Abril, tendo os termos definitivos sido estabelecidos através das Resoluções do Conselho de Ministros nºs 65/98 e 71/98. Foi atribuído um prémio de fidelidade de 1 acção por cada 25 acções subscritas e detidas por mais de um ano por accionistas pequenos subscritores, emigrantes e trabalhadores da EDP.

A quarta fase de privatização da EDP ocorreu durante o mês de Outubro do ano 2000, tendo sido alienada pelo accionista Estado Português uma posição equivalente a 20,0% do capital da Empresa, correspondente a 600 milhões de acções. Após a sessão especial de Bolsa realizada no Outubro de 2000, o Estado Português reduziu a sua posição na Empresa dos anteriores 50,8% para 31,3%. Foi atribuído um prémio de fidelidade de 1 acção por cada 10 acções subscritas e detidas por mais de um ano por accionistas pequenos subscritores, emigrantes e trabalhadores da EDP.¹⁵

A quinta fase na privatização da empresa, realizada em finais de 2004, foi aprovada pelo Decreto-Lei nº 218-A/2004, de 25 de Outubro e consubstanciou-se num aumento de capital, realizado com o objectivo de financiar a aquisição de uma participação adicional na Hidrocantábrico, e uma Venda Directa de Referência. Os termos definitivos da operação foram estabelecidos pelas Resoluções do Conselho de Ministros nº 165/2004 e nº 166/2004, nomeadamente a definição da fórmula de cálculo da Venda Directa de Referência, através da qual se fixou o número de acções objecto desta venda em 205.274.906 acções que foram alienadas, através da EDP, à Cajastur. Através desta operação o Estado viu reduzida a sua participação para cerca de 25,3%.

¹⁴ 3ª Fase de Privatização fonte: <https://www.edp.com/pt-pt/acao-edp/privatizacao/3a-fase-de-privatizacao>

¹⁵ 4ª Fase de Privatização fonte: <https://www.edp.com/pt-pt/acao-edp/privatizacao/4a-fase-de-privatizacao>

Em 29 de Julho de 2004, a EDP anunciou que iria reforçar a sua posição accionista na HidroCantábrico para 95,7%, através da aquisição de uma participação adicional de 56,2%, por um montante de 1,2 mil milhões de euros, financiado através de aumento de capital da EDP, que veio a ser integralmente subscrito e realizado. A transacção foi comunicada à Comissão Europeia, tendo a Direcção Geral da Concorrência divulgado, em 9 de Setembro de 2004, a sua decisão de não oposição à operação.¹⁶

No dia 4 de Novembro de 2004, na sequência de autorização aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 7 de Outubro de 2004, o Conselho de Administração da EDP deliberou a realização do aumento de capital, através da oferta pública de subscrição, reservada aos accionistas, de 656.537.715 novas acções como valor nominal de 1euro cada, ao preço unitário de 1,84 euros. O factor de conversão de direitos em novas acções estabelecido foi de 0,22, ou seja, cada conjunto de 50 direitos permitiram a aquisição de 11 novas acções ao preço unitário de subscrição de 1,84 euros.¹⁷

A oferta pública de subscrição do aumento de capital da EDP foi totalmente subscrita pelo exercício de direitos e pelos pedidos suplementares de acções sobrantes. O montante de subscrições por exercício de direitos ascendeu a 624.365.827 acções, tendo sido pedidas 842.720.313 acções em rateio. Assim, a procura total ascendeu a 1.467.086.140 acções, equivalente a 2,23 vezes o montante total de acções oferecidas. Como resultado desta operação, o Estado Português reduziu a sua participação para cerca de 25,3%.

A sexta fase começou em Dezembro de 2005, com a execução do Decreto-Lei n.º 209-A/2005, de 2 de Dezembro, onde a Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A. lançou uma emissão de obrigações susceptíveis de permuta por acções representativas do capital social da EDP. Estas obrigações foram objecto de colocação particular junto de investidores institucionais nacionais e estrangeiros, de acordo com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros 186-A, de 7 de Dezembro de 2005. O valor global da emissão foi de 572,8 milhões de euros, tendo as Acções uma taxa de juro de 2,69% e um preço de permuta de € 3,58. O activo subjacente foi constituído por 160 milhões de acções representativas de cerca de 4,376% do capital da EDP.

¹⁶ 5ª Fase de Privatização fonte: <https://www.edp.com/pt-pt/acao-edp/privatizacao/5a-fase-de-privatizacao>

¹⁷ Fases da privatização EDP fonte <https://www.edp.com/pt-pt/investidores/acao-edp/privatizacao>

A emissão foi realizada por um prazo de 5 anos, sendo o direito de permuta exercível durante o último ano da operação. Em 16 de Dezembro de 2010, a Parpública efectuou o pagamento do último cupão e procedeu ao reembolso do montante investido. Uma vez que nenhuma das obrigações foi convertida em acções, a Parpública manteve os 4,376% do capital da EDP subjacente a esta operação.

Em Novembro de 2007, começou a sétima fase, com a execução do Decreto-Lei nº 382/2007, de 5 de Novembro, a Parpública - Participações Públicas (SGPS), S.A. aprovou o lançamento de uma emissão de obrigações susceptíveis de permuta por acções representativas do capital social da EDP. Estas obrigações foram objecto de colocação particular junto de investidores institucionais nacionais e estrangeiros, de acordo com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros 176-A, de 3 de Dezembro de 2007. O valor global da emissão das Obrigações foi de € 1.015.150.000, tendo as Obrigações uma taxa de juro anual de 3,25% e um preço de permuta inicial de € 6,70. O activo subjacente das Obrigações foi constituído por 151.517.000 acções representativas de cerca de 4,144% do capital social da EDP. As Obrigações atribuíram aos investidores o direito de proceder à sua permuta por acções representativas do capital da EDP ou de receber o respectivo valor em numerário por referência ao valor de mercado do activo subjacente, mediante opção da Parpública.

Tal como sucedeu em 2005, a opção por esta modalidade de reprivatização tinha por objectivo conciliar o aprofundamento da dispersão das acções representativas do capital social da EDP com a preservação da estabilidade do seu núcleo accionista, conferindo ao accionista alienante a manutenção dos direitos inerentes à participação a alienar até ao termo do prazo das obrigações a emitir, o que se considera especialmente relevante do ponto de vista estratégico e no contexto da evolução do sector energético a nível europeu.

Os investidores tinham a opção de obter o reembolso antecipado do valor nominal das Ações no mes de Dezembro de 2012. O vencimento das Ações ocorreria no dia 18 de Dezembro de 2014, pelo que a permuta por acções poderia ser realizada entre o dia 18 de Dezembro de 2013 e o dia 11 de Dezembro de 2014. Em conformidade com os termos e condições da emissão das Obrigações, em 18 de Dezembro de 2012, a Parpública decidiu proceder ao reembolso integral antecipado das obrigações permutáveis.

Em Janeiro de 2013, a Parpública comunicou que decidiu proceder ao reembolso integral antecipado das obrigações permutáveis que não foram abrangidas pela opção de reembolso antecipado pelos respectivos titulares, em virtude de tal opção, liquidada em Dezembro de 2012, ter abrangido obrigações representativas de mais de 90% do valor nominal global da emissão. Em Fevereiro de 2013, a Parpública efectuou o pagamento correspondente ao reembolso integral antecipado das aludidas obrigações permutáveis, bem como os correspondentes juros corridos. Desta forma, a Parpública manteve os 4,144% do capital da EDP subjacente a esta operação.¹⁸

Em face da decisão do Governo em alienar a totalidade das participações minoritárias detidas no capital EDP, procedeu-se à determinação das condições concretas para a Parpública dispersar os 4,144% do capital da EDP, conforme previsto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 382/2007, de 15 de Novembro. Neste contexto, o Governo Português aprovou a Resolução do Conselho de Ministros n.º 93/2012, de 12 de Novembro de 2012, que definiu as condições para a venda das acções através de um processo de “*accelerated bookbuilding*” dirigido em exclusivo a investidores institucionais.

No Fevereiro de 2013, a Parpública comunicou a conclusão da colocação de 151.517.000 acções, representativas de 4,144% do capital social da EDP ao preço de €2,35 por acção, tendo a liquidação da Oferta ocorrido em Fevereiro de 2013.

A última fase começou em Outubro de 2011, quando o Governo Português aprovou o Decreto-Lei n.º 106-A/2011, de 26 de Outubro, que explicou o processo de privatização do capital social da EDP, a qual se realizou mediante a venda directa, pela Parpública, de acções representativas de 21,35% do capital social da EDP, revogando-se, assim, o regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 105/2010, de 1 de Outubro. Com este decreto lei o Estado confirmou que foi os objectivos e as medidas previstas no Programa de Assistência Financeira acordado com a União Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu, tendo em vista retomar a credibilidade financeira do País e a confiança internacional na economia portuguesa.

A opção do Governo tinha em consideração que a realização de reprivatizações no sector empresarial do Estado contribui para a diminuição do peso da dívida pública na economia, com efeitos positivos no esforço de consolidação orçamental, visando ainda reforçar a presença de

¹⁸ 7ª Fase de Privatização fonte: <https://www.edp.com/pt-pt/acao-edp/privatizacao/7a-fase-de-privatizacao>

investidores de diversas categorias no mercado português e facilitar a diversificação das fontes de financiamento das empresas nacionais. Esta modalidade de reprivatização permitiu não só otimizar os proveitos associados à alienação das participações de entes públicos na EDP, que poderiam ser comprometidos pelo recurso aos mercados de capitais nas condições actuais, como ainda promover o reforço do desenvolvimento da empresa e assegurar o cumprimento atempado dos compromissos assumidos no âmbito do aludido Programa de Assistência Financeira, o que justifica amplamente a sua adopção

Em Dezembro de 2011, a Parpública comunicou que o Conselho de Ministros procedeu à selecção da China Three Gorges Corporation para efectuar a aquisição da totalidade das 780.633.782 acções representativas de 21,35% do capital social da EDP, pelo valor de €3,45 por acção, atendendo ao maior mérito da respectiva proposta vinculativa apresentada em 9 de Dezembro de 2011, a qual observou os critérios de selecção previstos no artigo 5.º do caderno de encargos anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 44-A/2011, de 8 de Novembro 2011.¹⁹

Durante a oitava fase de privatização, a EDP tinha três quartos das suas participações nas mãos de empresas estrangeiras, a empresa chinesa Three Gorges possui 21% e a americana Capital Group com 14,5% foram as que tiveram maior peso. A EDP é a empresa que mais dividendos entregou aos acionistas entre 2008 e 2015 (4,4 milhões de euros). A maior parte desses lucros resultou das rendas excessivas pagas pelo Estado.

Uma das razões para a compra da EDP pelo Estado Chinês é o acesso à sua inovação tecnológica, sua presença internacional e aproveitamento do monopólio. Em Maio de 2012, a China Three Gorges e a Parpública comunicaram à EDP a constituição de uma participação qualificada por parte da China Three Gorges e a conseqüente redução da participação da Parpública para 4,114% do capital da EDP, que seria posteriormente vendida (ver 7ª fase de reprivatização) levando à redução da participação da Parpública no capital da EDP para 0%.

¹⁹ 8ª Fase de Privatização, EDP, <https://www.edp.com/pt-pt/acao-edp/privatizacao/8a-fase-de-privatizacao>

3.3.2 REN

Após a venda da EDP, o processo de venda da REN começou e estas operações no setor elétrico foram um teste fundamental para o sucesso de todo o programa de privatizações. Esta venda atraiu menos interessados e vários ficaram na estrada. A empresa britânica National Grid queria o controle da REN, quando o capital para venda era limitado a 33% e não passaram a primeira fase. A empresa colombiana Isa, foi muito bem vista pela administração da REN, mas na reunião final vetou a apresentação de uma oferta vinculativa, para evitar a exposição a crise do euro. A empresa canadense Brookfield deixou a competição por não ter tempo para apresentar uma boa proposta. O grupo chinês State Grid e o grupo petrolífero de Omã passaram para a próxima fase e os consultores financeiros apelidaram esse processo de projeto Maxwell.

State Grid era uma forte candidata e já tinha cooperado com a REN antes da venda, mas queria nomear os gerentes e diretores da empresa que seriam debatido pelo governo português. Além disso, eles queriam mais de 25% das ações disponíveis permitidas pela legislação europeia. Foi um processo controverso que envolveu negociações para determinar a natureza estratégica da empresa de redes. Embora a REN seja mais sensível estrategicamente do que a EDP, a transição foi conseguida com um pequeno acordo com o governo.

O Estado conseguiu arrecadar 275 milhões de euros na primeira fase de privatização da REN, Segundo o apuramento de resultados da Oferta Pública de Venda (OPV) da empresa. Perto de 200 mil novos accionistas subscreveram acções, cujo preço de venda será de 2,75 euros, o máximo previsto para a operação. A privatização rendeu um total de 323,4 milhões de euros, entre venda a investidores institucionais e a público em geral, com a procura a exceder em 100 vezes a oferta total de acções. O encaixe da operação reparte-se entre a Parpública que alienou 19% do capital que tinha na REN, ficando com 31%; e a EDP, que vendeu 5% e ficou com outros tantos.²⁰

Em Novembro de 2011 o Governo aprovou o Decreto -Lei n.º 106 -B/2011, de 3 de Novembro, que explicou a 2.ª fase do processo de privatização do capital social da REN, o que permitiu a possibilidade de a realização de uma venda directa de referência, de uma venda directa institucional e de uma oferta pública de venda no mercado nacional.

²⁰ João Paulo Madeira, “Estado encaixa 275 milhões na 1.ª fase de privatização da REN”, (2007), Jornal de Noticias

Atenta a necessidade de assegurar o cumprimento atempado dos compromissos assumidos no âmbito do Programa de Assistência Financeira acordado com a União Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu e o contexto de instabilidade económico - financeira dos mercados de capitais internacionais e nacional, entendeu o Governo que a realização imediata de uma venda directa de referência pela PARPÚBLICA de acções representativas do capital social da REN, a um ou mais investidores que venham a tornar -se accionistas de referência, foi o caminho mais adequado para a prossecução dos objectivos associados à realização da 2.ª fase de privatização do capital social da REN, mantendo, não obstante, a capacidade para, em relação às acções que não sejam alienadas nesta operação, se proceder a uma subsequente alienação, em momento e condições a definir, com recurso a qualquer das modalidades permitidas pelo decreto. Nestes termos, o Conselho de Ministros aprovou o processo e condições concretas aplicáveis à realização da venda directa de referência, tendo nomeadamente em consideração que o decreto - lei contempla já o regime aplicável à fase preliminar de recolha de intenções de aquisição junto de potenciais interessados.

O Governo decidiu colocar à disposição da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e do Tribunal de Contas todos os elementos informativos respeitantes aos procedimentos adoptados no âmbito da venda directa de referência.

Este Decreto lei estabeleceu os termos e condições da venda directa de referência da REN, mediante uma ou mais operações de um máximo de 213.600.000 e um mínimo de 26.700.000 de acções nominativas, com o valor nominal unitário de € 1, representativas de uma percentagem máxima de 40 % e mínima de 5 % do capital social da REN, com vista ao desenvolvimento estratégico da empresa. A operação de reprivatização das acções é contratada com um ou mais proponentes que venham a ser seleccionados como adquirentes das acções objecto da venda directa de referência, e a alienação das acções foi efectuada pela PARPÚBLICA.

Os interessados seleccionados, participaram na fase subsequente do processo de alienação das acções identificadas no decreto lei, podendo formar grupos com outras entidades, desde que os grupos sejam liderados por um interessado seleccionado e este se vincule a deter a maioria do capital da pessoa colectiva a constituir nos termos do decreto lei , para efeitos da aquisição das acções objecto da venda directa de referência.

A 2.^a fase do processo de alienação foi concretizado mediante a realização de diligências informativas para efeitos de apresentação, até final do período final de estas diligências, de propostas vinculativas de aquisição das acções objecto da venda directa de referência, cuja apreciação e selecção foram realizadas nos termos do disposto na lei. O período em que decorre a 2.^a fase do processo de alienação e a sua eventual prorrogação são determinados por despacho do Ministro de Estado e das Finanças, com faculdade de subdelegação no Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças. O processo de alienação e os instrumentos jurídicos para a concretização da venda directa de referência, regem-se pelo direito privado.

Em Fevereiro de 2012, REN divulga que a State Grid International Development da China e a State Grid Europe Limited de Inglaterra, celebraram um Acordo de Venda Directa de Referência com a Parpública para a aquisição de 133.500.000 acções da categoria B representativas de 25% do capital social e respectivos direitos de voto da REN, pelo preço de € 2,90 por acção. Mais informaram a SGID e a SGEL que, apesar da imputação dos direitos e voto nos termos legais aplicáveis, nem a SGID nem a SGEL podem exercer quaisquer direitos de voto em relação às Acções até que ocorra a efectiva aquisição das Acções. REN também anunciou um Acordo de Venda Directa de Referência para a aquisição de 80.100.000 acções no valor nominal de € 1,00 cada uma, representativas de 15% do capital social da REN e respectivos direitos de voto, entre a Parpública e a sociedade Oman Oil Company. ²¹

Em Maio de 2014, a Parpública e a Caixa Geral de Depósitos (CGD), anunciam a sua intenção de alienarem em conjunto 58.740.000 acções, representativas de 11% do capital social da REN. ²²

A Parpública detém 52.871.340 acções de Categoria B da Empresa, representativas de 9,9% do seu capital social, e a CGD detém atualmente 5.868.660 acções de Categoria B da Empresa, representativas de 1,1% do seu capital social. As acções de Categoria B foram automaticamente convertidas em acções ordinárias da Empresa na sua venda, no âmbito da reprivatização. Esta fase de reprivatização da Empresa deverá incluir uma oferta pública em Portugal dirigida a investidores de retalho e uma oferta particular dirigida a investidores institucionais dentro e fora de Portugal e fora dos Estados Unidos.

²¹ COMUNICADO RELATIVO A PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS, 2012

²² COMUNICADO Caixa Geral de Depósitos, 23 de maio de 2014

3.3.3 CTT

O processo de privatização desta empresa começou em 2013, com a entrada em bolsa, aprovado em Conselho de Ministros, que decorreu com grande sucesso mediante a alienação das ações representativas de 68,5% do respetivo capital social através de Oferta Pública de Venda e de admissão à negociação na Euronext Lisbon. A profunda alteração de estrutura acionista que uma privatização representa foi um momento de crucial importância para os CTT, em que novas realidades e oportunidades se abriram no processo de autonomização em relação ao acionista Estado. Isto sem prejuízo do serviço público consagrado na concessão do serviço postal universal atribuído aos CTT.

O ministro do Planeamento e das Infraestruturas Pedro Marques foi manifesto contra a privatização total dos CTT, e considera que o Estado deveria continuar a ter uma participação nos CTT e nenhum memorando da troika previa isso. A realidade da prestação do serviço postal universal é complexa, não foi só após a privatização dos CTT que a rede foi ajustada, tal aconteceu ainda a empresa era pública. Os CTT continuam a ganhar dinheiro com o serviço postal, o serviço postal alterou-se, de facto, profundamente e o modelo vai alterar-se ainda mais.²³

Foi criado um grupo de trabalho sobre a questão da prestação do serviço postal dos CTT, com várias entidades envolvidas, entre as quais a própria empresa e o regulador, que resultou no estabelecimento de um protocolo-quadro com as juntas de freguesia e o reforço do papel da Autoridade Nacional de Comunicações (Anacom) no que respeita aos objectivos de densidade postal. A Anacom não ficou parada no último ano, reforçou os níveis acima da média europeia dos indicadores de qualidade de serviço e avançou com a alteração significativa daquilo

Em 2014, se concluiu a privatização da Empresa, assinalada numa cerimónia especial com o toque do sino na Euronext Lisbon. A venda de ações representativas de 31,5% do capital social da Empresa que o Estado ainda detinha foi concretizada com sucesso, numa operação realizada através de um processo de venda rápida, dirigido exclusivamente a investidores institucionais. Nas duas fases de privatização, instituições e particulares investiram 922 milhões de euros. Os CTT

²³ Lusa, “Pedro Marques: Estado deveria continuar a ter uma participação nos CTT”, (2019), Diário publico

passaram a ser uma empresa 100% privada, com uma alargada base acionista de investidores institucionais e particulares, portugueses e estrangeiros. Em 2016, o Banco CTT abriu ao público as primeiras 51 agências Banco CTT localizadas nas Lojas CTT e uma agência sede dando início à sua atividade com uma oferta de produtos e serviços financeiros simples e competitivos, numa lógica de baixo custo e de proximidade. Até ao final do ano, prevê-se que o Banco quadruple a sua rede, ultrapassando as 200 agências e que nos próximos 3 anos intensifique a sua presença, afirmando-se como uma das maiores redes bancárias do país.

Para preparar a empresa CTT para a privatização, o Estado continuou o trabalho de reestruturação, reduzindo as estações dos correios e o número de funcionários, com mais de mil postos de trabalho destruídos desde 2012. Ao mesmo tempo que continuava a diversificar os serviços e fontes de rendimento. Os cidadãos contestaram a perda de cobertura territorial e o Estado perdeu com a privatização os dividendos que recebia, uma vez que os CTT nos últimos anos tornaram-se numa empresa lucrativa. Por outro lado, encaixou 909 milhões de euros, que serviram para abater à dívida pública. A dívida do Portugal seria maior se não fossem as receitas das privatizações. Mas estas, que totalizaram 9,2 mil milhões de euros desde 2011, são, ainda assim, uma gota no oceano da dívida pública, que atualmente ascende aos 225 mil milhões de euros.²⁴

O que o Estado arrecada com as privatizações não compensa o que perde com os dividendos que recebia. Até porque o Governo tem vendido as empresas lucrativas e concessionado as que não dão lucro. Na concessão, a operação é entregue aos privados, ficando o Estado com a dívida destas empresas. No total Portugal recebeu 38 mil milhões de euros. Nesse período, só a EDP terá dado 8 mil milhões de lucros. Além disso, muitos dos privados que compram as empresas públicas têm sede fiscal na Holanda ou no Luxemburgo, ficando o Estado a perder também em impostos.

A privatização desta empresa é regulada pelo decreto lei 124/2014, que estabelece que o Estado aprovou a privatização da sociedade CTT - Correios de Portugal, S.A. (CTT, S.A.), através da alienação de ações representativas de até 100% do seu capital social, em cumprimento dos objetivos e das medidas previstas no Programa de Assistência Económica e Financeira acordado com a União Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu, e tendo em consideração o objetivo assumido no Programa do XIX Governo Constitucional, de criar

²⁴ “Ganhamos alguma coisa com as privatizações?”, diário visão sapo (2015),

condições que permitam melhorar o funcionamento do mercado no sector das telecomunicações e serviços postais.

Após um rigoroso processo de avaliação das vantagens e da adequação das diferentes modalidades de alienação, o Governo determinou, através das Resoluções do Conselho de Ministros n.os 62-A/2013, de 11 de outubro, e 72-B/2013, a alienação de ações representativas de uma percentagem de 70% do capital social da CTT, S.A., detidas pela PARPÚBLICA-Participações Públicas, SGPS, S.A. (PARPÚBLICA), através de uma oferta pública de venda no mercado nacional, que integrou a alienação de um lote de ações reservado aos trabalhadores da CTT, S.A., e das sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo, combinada com uma venda direta institucional, de forma a otimizar e diversificar a base acionista da sociedade.

A opção tomada teve um efeito positivo e dinamizador do mercado de capitais nacional, tendo, também, permitido maximizar o encaixe financeiro do Estado. A opção pela oferta pública de venda associada à venda direta institucional demonstrou, nestes termos, ser aquela que, atentas as condições de mercado, melhor servia o interesse do Estado e dos contribuintes.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 62-A/2013, de 11 de outubro, reafirmou o objetivo do Governo de alienar a participação remanescente no capital social da CTT, S.A., ao abrigo do regime legal aplicável. Nestes termos, o Governo procurava dar continuidade ao processo de privatização, sendo essencial garantir que cumpre os termos que permitam salvaguardar os interesses do Estado e dos contribuintes, maximizando o encaixe financeiro da operação e assegurando, ainda, a estabilidade do mercado de capitais nacional.

Assim, no seguimento dos compromissos assumidos e dos objetivos constantes do Programa do XIX Governo Constitucional, procedeu, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 129/2013, à alienação das ações ainda não privatizadas, representativas de até 30% do capital social da CTT, S.A., bem como à venda de um lote de 2 253 834 ações detidas pela PARPÚBLICA representativas de cerca de 1,5% do capital social da CTT S.A., já privatizadas no âmbito da operação realizada em dezembro de 2013 e subsequentemente alienadas à PARPÚBLICA no âmbito das atividades de estabilização realizadas no quadro da referida operação.

Para além das modalidades especificamente estabelecidas no Decreto-Lei n.º 129/2013, a privatização da participação remanescente no capital social da CTT, S A., se possa concretizar

através de uma ou mais operações de venda direta institucional, como modalidade autónoma de alienação por oferta privada, a qual pode realizar-se através de um ou mais processos com vista à dispersão das ações por investidores qualificados, nacionais ou internacionais.

Nas condições de mercado, a opção pela venda direta institucional como modalidade autónoma de alienação pode potenciar o retorno financeiro para o Estado e beneficiar a empresa e o mercado. As modalidades previstas no Decreto-Lei n.º 129/2013, e a venda direta institucional prevista no decreto-lei 124/2014 com ou sem colocação acelerada podem realizar-se, uma ou várias vezes, total ou parcialmente, em simultâneo ou em momentos sucessivos, sem qualquer relação sequencial entre si.

O decreto-lei 124/2014 conferiu ao Governo maior flexibilidade quanto ao modelo a seguir na continuidade do processo de privatização, otimizando os proveitos associados à alienação e salvaguardando o interesse de Portugal, também concedeu o governo o direito de, em qualquer momento e mediante resolução do Conselho de Ministros, suspender ou anular o processo de privatização, sempre que razões de interesse público o justifiquem, sem que, por esse facto, resulte o dever de indemnizar ou compensar quaisquer interessados, independentemente da respetiva natureza ou fundamento.

Dado que a CTT, S.A., e os seus ativos se mantiveram sempre na esfera jurídica do Estado, o quadro jurídico aplicável à alienação das suas ações é a Lei n.º 71/88, sem prejuízo da sujeição do processo de alienação das ações ainda não privatizadas a requisitos que asseguram maior transparência e concorrência, em linha com as boas práticas europeias e que vêm sendo aplicadas ao abrigo da Lei-Quadro das Privatizações, aprovada pela Lei n.º 11/90, e alterada pelas Leis n.os 102/2003, e 50/2011.

Como também mencionado no Decreto-Lei n.º 129/2013, de modo a reforçar a absoluta transparência do processo de privatização, o Governo decidiu colocar à disposição do Tribunal de Contas e da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários todos os elementos informativos respeitantes ao mesmo.

3.3.4 TAP

Outra empresa privatizada foi a TAP, e esse processo começou em 1991, quando o Governo aprovou a transformação do grupo em sociedade anónima. No diploma que saiu do Conselho de Ministros de Junho de 1991 lia-se que o Estado teria direito a ficar com pelo menos 51% do capital para assegurar o serviço público. Em 1994 a União Européia aprovou o plano de saneamento financeiro da TAP no valor cerca de 900 milhões de euros, e um dos compromissos assumidos passava pela abertura do capital a privados quando a reestruturação chegasse ao fim.

Em 1998, a empresa suíça Swissair foi a escolhida para comprar a TAP tendo-se chegado a assinar um acordo que previa a venda de 34% do capital por 154 milhões de euros. Mas em 2001, o acordo caiu fruto da situação financeira débil em que o investidor se encontrava e que acabou por resultar na sua falência. No ano seguinte em 2002, o Governo, na altura liderado por Durão Barroso, continua focado em recuperar financeiramente a TAP. No entanto, a privatização perde fôlego e o foco passa a ser a procura de parcerias estratégicas.²⁵

Em 2004, no Governo de Santana Lopes começou a ganhar força a ideia de vender a empresa em conjunto com a Portugália, que era detida pelo GES e que acabaria por ser comprada pela TAP em 2006. Já com o PS a governar o país e José Sócrates como primeiro-ministro, a intenção de vender o activo tornou-se mais premente, tendo a transportadora sido integrada na lista de privatizações a concluir até 2007. Foi a primeira vez que se falou da possibilidade de dispersar o capital em bolsa.

Em 2007, a TAP concluiu a compra a 100% da ex-VEM, a unidade de manutenção de aviões da Varig. Um negócio que acabaria por se revelar prejudicial à privatização, pelos consecutivos prejuízos e elevados passivos. Dois anos depois em 2009, o executivo assume que a venda terá de ser adiada, depois de o grupo ter apresentado os piores resultados da sua história: um prejuízo de quase 290 milhões de euros.

Em 2011, a TAP é incluída no lote de privatizações inscrito no programa de ajustamento financeiro negociado com a troika. Um ano depois, o primeiro Governo de Passos Coelho acelera o processo de venda da companhia, mas acaba por chegar ao fim com Gérman Efromovich. A proposta do investidor colombo-brasileiro acaba por ser rejeitada, no final do ano.

²⁵ Nuno Carregueiro, “Swissair entra na TAP por 156 milhões de euros”, (2000), Jornal de Negócios

A TAP viveu a sua pior época em 2014, a auscultação de investidores interessados na TAP é relançada, mas os meses seguintes acabam por se mostrar adversos à concretização da venda. No Verão, o atraso na chegada de novos aviões e a contestação dos pilotos afecta de forma séria a operação da empresa. No final do ano, uma ameaça de greve revelou-se fatal para as contas. A companhia aérea não estava em uma boa situação econômica e a concorrência estava se tornando difícil com as companhias aéreas de baixo custo que estavam ganhando terreno no mercado. Por esta razão o governo decidiu privatizá-lo, contudo o processo não foi tão fácil como o governo esperava porque a situação financeira da TAP não era tão boa como a EDP e a REN que também foram privatizadas e o governo português já sabia que seria um processo mais complicado e difícil.

O Estado não podia colocar dinheiro na companhia aérea porque as regras da União Europeia proibem por possíveis distorções da concorrência. Apesar disso, a intenção do governo era vendê-lo, mais cedo ou mais tarde. Em 2014, muitos problemas ocorreram na companhia aérea, vôos cancelados e atrasados e perda de bagagem. A desculpa da companhia aérea foi o atraso na entrega de seis aeronaves e a inauguração de novos destinos mais complicados para a companhia aérea. Apesar de ser uma empresa pouco atraente para os investidores devido à sua situação o Estado brasileiro mostrou interesse na TAP através de seu banco BNDES e de um financiamento de Azul. O processo de privatização foi acusado de não ser transparente e a única maneira de fechar o acordo era com a garantia de que o governo português compraria a TAP se a empresa Gatheway que tinha controle sobre ela entrasse em uma violação com os bancos.

Em dezembro de 2014, o Estado publicou o Decreto-Lei 181-A / 2014, que estabeleceu que um das medidas previstas no Programa de Assistência Económica e Financeira acordado com a União Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu, foi a reprivatização da TAP no quadro das medidas a adotar com vista à criação das melhores condições para o desenvolvimento futuro da empresa e do seu crescimento sustentável.

Decorridos mais de dois anos sobre a data de início do referido processo e considerando encontrarem-se reunidas as condições para o efeito, o Governo decidiu lançar um novo processo de reprivatização da TAP. Este novo processo tinha incluído operações que podendo fasear-se no tempo, não são todas de ocorrência necessária. Apesar da natureza eventual de algumas dessas operações, todas obedecem a um regime unitário fixado no diploma.

O Governo considerou que o processo de reprivatização da TAP tinha que respeitar a importância estratégica da empresa, como elo fundamental nas relações entre a Europa, a África e a América Latina, de que as operações aéreas da TAP são um elemento primordial, tendo igualmente presente a importância das ligações dentro do território nacional, em particular aquelas que asseguram a conexão entre o território continental e ilhas, as quais se mostram fundamentais para promover a coesão territorial e social e o desenvolvimento económico.²⁶

Adicionalmente, importa ter presente o enquadramento regulatório e económico do mercado internacional em que a TAP atua e a situação económico-financeira da empresa. Face à impossibilidade de ser o Estado, enquanto acionista, a assumir a necessária recapitalização da TAP, o processo de reprivatização surge como a única via para atingir este objetivo, o qual é condição essencial para que a empresa possa prosseguir o seu esforço de investimento, designadamente na renovação da frota, permitindo-lhe continuar a crescer e ser competitiva à escala global.

O processo de reprivatização do capital social da TAP foi efetuado através da alienação de ações representativas de até 61 % do capital social da TAP - SGPS, S. A., na modalidade de venda direta de referência. Adicionalmente, foi estabelecido uma opção de venda a favor do Estado, que pode alienar até 34 % do capital remanescente da TAP - SGPS, S. A., ao adquirente na venda direta de referência, em determinadas condições fixadas no presente diploma e em resolução do Conselho de Ministros.

A opção pela modalidade de venda direta de referência, justifica-se, considerando o exposto, por ser a que melhor cumpriu os interesses públicos subjacentes à operação, tendo em conta não só as opções estratégicas do Governo para este setor, mas também o contributo positivo para o incremento da presença de investidores de diversa natureza no mercado português, permitindo desta forma a diversificação das fontes de financiamento da empresa e demais empresas nacionais. Ao mesmo tempo, permitiu otimizar os proveitos associados à operação, contribuindo para a diminuição do peso da dívida pública, assim como para a consolidação orçamental.

²⁶ “Governo aprova reprivatização da TAP”, Jornal CM, (2012),

De modo a reforçar a absoluta transparência e concorrência do processo de reprivatização, o Governo decidiu colocar à disposição do Tribunal de Contas todos os elementos informativos respeitantes aos procedimentos adotados no âmbito da referida operação

Em fevereiro de 2016, o processo de privatização da TAP foi alterado, quando foi assinado um memorando de entendimento, em que a empresa Atlantic Gateway concedeu 61% do controle da TAP e permitiu ao Estado controlar 50%. Com este acordo o estado recuperou o controlo da TAP, mas pagaria 30 milhões de euros para fechar o acordo e poderia nomear o presidente do conselho de administração da empresa. O estado recuperou parte do controle da TAP, mas a meta de vender todo o capital previsto para 2018 não foi alcançada, e a empresa permanece nas mãos dos brasileiros e com as portas abertas para o capital chinês.²⁷

Apesar da polémica e da guerra política, o executivo do PSD avançou com a venda de 61% do capital no ano 2015, e escolhe o consórcio Atlantic Gateway, rejeitando de novo a proposta de Efromovich e uma oferta não vinculativa de Pais do Amaral. O contrato é assinado em Junho e a venda formalizada em Novembro, mas o supervisor da aviação começa a suscitar dúvidas sobre o cumprimento das regras europeias. Três meses após a privatização, o novo Governo de António Costa decide alterar o modelo de venda para recuperar 50% do capital para o Estado. Um acordo que se materializou agora num contrato. Pelo caminho, as preocupações do supervisor deram origem a uma decisão firme de bloquear a gestão da TAP até que se demonstrasse que o accionista europeu mandava realmente no consórcio.

Uma polémica surgiu em 2016, quando o Partido Comunista de Portugal (PSP) requereu ao governo um conjunto de documentos relativos a privatização da TAP e tinha obtido uma resposta do Ministério do Planeamento e das Infraestruturas. O PCP requereu que o governo enviasse ao Parlamento os estudos de avaliação da TAP, o projeto estratégico da Atlantic Gateway, o acordo de venda direta assinado em 2015, o texto final do acordo de venda direta e o texto completo do memorando de entendimento assinado a 6 de fevereiro desse ano, entre outros documentos. A resposta do Ministério do Planeamento chegou, dizendo que os documentos constantes do processo de reprivatização da TAP contêm cláusulas de confidencialidade a que o Estado está vinculado como parte.

²⁷ Barbara Cruz, "Humberto Pedrosa: O que aconteceu foi baralhar e dar de novo", (2016), Diário de Notícias

Em 2017, o Governo reverteu a venda de 61% do capital da empresa, e ficou excluída do sector público empresarial do Estado pelo facto de o capital público não ultrapassar os 50%. Segundo o decreto-lei 133/2013, que determina o perímetro do sector empresarial do Estado, só cabem neste grupo as empresas em que o Estado tem uma participação superior à maioria do capital.

O Estado recuperou o controlo acionista da TAP quando reverteu o processo de privatização feito pelo Governo de Pedro Passos Coelho, mas perdeu direitos económicos e passou até a assumir mais responsabilidades financeiras. Na prática, o Estado é o maior acionista, mas não manda na empresa e assume mais riscos do que os acionistas privados, sendo mesmo o único responsável em caso de incumprimento da dívida por parte da companhia aérea nacional. O relatório do Tribunal de contas, publicado no junho de 2018, conclui que o processo de recomposição do capital social da TAP, que levou o Estado a ficar com 50% da companhia aérea, o consórcio Atlantic Gateway com 45% e os trabalhadores com outros 5%, foi regular, no contexto de instabilidade legislativa e de sucessivas alterações contratuais em matérias complexas e de profunda tecnicidade em que se realizaram as operações. O processo foi eficaz porque atingiu os objetivos de viabilizar a empresa e de recuperar o seu controlo estratégico. A recompra da TAP por parte do Estado não conduziu ao resultado mais eficiente, porque não foi obtido o consenso necessário dos decisores públicos, tendo as sucessivas alterações contratuais agravado as responsabilidades do Estado e aumentado a sua exposição às contingências adversas da empresa.

A recompra do capital da TAP obrigou a uma nova renegociação da dívida do grupo TAP, tendo então sido celebrado um novo acordo com os bancos credores da companhia aérea. Este novo acordo levou à constituição, por parte do Estado, de uma garantia da dívida financeira da TAP, no valor de 615 milhões de euros. Em caso de incumprimento da dívida por parte da empresa, a Parpública, a empresa estatal que controla a TAP, passou a ser a única responsável por aquela dívida perante as instituições financeiras. Em último caso, a Parpública comprometeu-se mesmo a devolver ao consórcio Atlantic Gateway o valor integral da capitalização feita por este acionista privado, no valor de 217,5 milhões de euros.

Para além disto, a Parpública também passou a ser a única responsável pela capitalização da TAP SGPS, sempre que os capitais próprios descessem abaixo do limiar mínimo definido no acordo assinado na operação de recompra. Esse limite define que os capitais próprios da TAP não podem ser inferiores a 571,4 milhões de euros negativos. apesar de a recompra ter reforçado a solidez

financeira da TAP SGPS, subsistem responsabilidades significativas para o Estado, sobre o qual impende, por um lado, a obrigação de garantir que os capitais próprios não sejam inferiores a 571,3 milhões de euros e, por outro, a de assegurar a substituição da Atlantic Gateway na realização de prestações acessórias.

Também a Comissão Europeia já tinha alertado para os riscos da reversão da privatização da TAP. Em 2016, quando esta operação ainda não estava concluída, os técnicos de Bruxelas avisavam que a inversão parcial da privatização da TAP poderia implicar riscos orçamentais suplementares, representando mais um risco para a meta do défice que estava definida para esse ano.

O Estado recuperou o controlo acionista da empresa, mas não os direitos económicos. Depois de concluída a reversão da privatização, o Estado ficou com 50% do capital da TAP, tornando-se de novo no maior acionista, mas ficou com apenas 5% dos direitos económicos.

Na prática, a Parpública conseguiu maior representatividade no conselho de administração da TAP e ainda um voto de qualidade do presidente do conselho de administração. Mas é o Atlantic Gateway quem assume um papel reforçado na gestão da TAP, é este consórcio privado que indica os nomes do presidente da assembleia geral, do secretário da sociedade, dos principais titulares do conselho fiscal, dos membros da comissão de vencimento, dos administradores da comissão executiva e ainda dos membros dos órgãos das empresas subsidiárias da TAP.

Apenas no conselho de administração existe equilíbrio entre o número de elementos indicados pela Parpública e pela Atlantic Gateway, atendendo à sua participação social, visto que, nas restantes situações, o Estado tem uma intervenção limitada, porque a gestão do Grupo TAP é conduzida pela Atlantic Gateway.

3.3.5 Aeroportos de Portugal

Aeroportos de Portugal (ANA), também foi privatizada em 2012, quando o Governo aprovou em Conselho de Ministros, a venda da ANA à Vinci, por 3 mil milhões de Euros. Da proposta apresentada pela Vinci, 1.200 milhões de euros servirão para cobrir a concessão, 700 milhões de

euros é o valor da dívida da ANA e 1.200 milhões corresponde ao “*equity value*” da ANA e esse valor será imputado à amortização de dívida de pública, e essa receita foi recebida em 2013.²⁸

A proposta da Vinci foi não só a que tinha o preço mais elevado, mas também a mais interessante do ponto de vista estratégico, e contempla Lisboa como o centro do negócios aeroportuário e tem como objectivo a expansão daquela infra-estrutura, e a proposta foi recomendada pelos assessores, pelo conselho de administração da ANA e pela Parpública.

O secretário de Estado das Obras Públicas e dos Transportes, quanto à salvaguarda dos postos de trabalho da ANA, referiu que o plano estratégico apresentado pela Vinci, quanto ao futuro imediato e a médio prazo, não prevê redução dos quadros.

A Vinci foi um dos quatro grupos a apresentar uma proposta vinculativa à compra de 100% da ANA Aeroportos. A Fraport ofereceu 2.442 milhões de euros, o consórcio dos argentinos da Corporación América 2.408 milhões, mas 540 milhões com pagamento diferido a 10 anos e a Zurich, onde está a CCR, fez uma proposta de 2.000 milhões.

Esta privatização é regulada pelo decreto lei 232/2012 que afirmou que de acordo com o programa do XIX Governo Constitucional, e foi prevista a execução de um programa de privatizações que inclui a Aeroportos de Portugal, S. A. (ANA, S. A.), no quadro das medidas a adotar com vista à promoção do ajustamento macroeconómico nacional.

A opção do Governo tinha como objetivos, a maximização do encaixe financeiro resultante da alienação das ações representativas do capital social da ANA, S. A., o reforço da posição competitiva, do crescimento e da eficiência da ANA, S. A., em benefício do sector da aviação civil portuguesa, da economia nacional e dos utilizadores e utentes das estruturas aeroportuárias geridas pela ANA, S. A., e a minimização da exposição do Estado Português aos riscos de execução relacionados com o processo de privatização, assegurando que o enquadramento deste processo protege cabalmente os interesses de Portugal.

A par da privatização da ANA, o Governo tinha ainda em vista definir um ambiente legal e regulatório adequado, que permitiu dotar a sociedade dos meios necessários ao seu futuro crescimento e que promova a eficiência e competitividade da ANA, assim como uma melhor

²⁸ Maria João Babo, “Governo confirma venda da ANA à Vinci por 3,08 mil milhões”, (2012), Jornal de Negocios

resposta às necessidades dos utilizadores e utentes e potencie a atratividade dos aeroportos geridos pela sociedade, assegurar que a ANA, S. A., é gerida de forma sã e prudente e de acordo com as melhores práticas internacionais, garantindo a capacidade de financiamento necessária à prossecução das suas atividades e investimentos, nomeadamente no que respeita ao aumento da capacidade aeroportuária na região de Lisboa, e manter um elevado nível de apoio dos trabalhadores, assim como de outros terceiros interessados, ao processo de privatização.

O modelo preconizado para a alienação de participações sociais representativas do capital social da ANA, compreende uma operação de venda por negociação particular, a um ou mais investidores, individualmente ou em agrupamento, nacionais ou estrangeiros, com perspectiva de investimento estável e de longo prazo, no âmbito da qual se prevê a possibilidade de negociação dos termos e condições do contrato de concessão de serviço público aeroportuário com os referidos investidores, assim como uma oferta pública de venda dirigida exclusivamente a trabalhadores da ANA, e a trabalhadores de outras empresas do Grupo ANA, S. A.

Com efeito, esta modalidade de privatização permitiu não só otimizar os proveitos associados à alienação das ações da ANA, S. A., como promover o reforço do desenvolvimento da empresa, garantindo uma estrutura acionista coerente, adequada e estável e assegurando o cumprimento atempado dos compromissos assumidos no âmbito do suprarreferido Programa de Assistência Económica e Financeira, o que justifica amplamente a sua adoção.

Com a concretização desta operação de privatização, o Estado Português parou de deter qualquer participação direta ou indireta no capital social da ANA, S. A., sem prejuízo de continuar a dispor de diferentes e eficazes instrumentos jurídicos para o exercício pleno da sua função reguladora e de supervisão sobre o sector aeroportuário.

A privatização de Aeroportos de Portugal foi regulada pelo Decreto lei 232/2012 que estabeleceu que no Programa do XIX Governo Constitucional, foi prevista a execução de um programa de privatizações que inclui a Aeroportos de Portugal, S. A. (ANA, S. A.), no quadro das medidas a adotar com vista à promoção do ajustamento macroeconómico nacional.

A opção do Governo tinha como objetivos a maximização do encaixe financeiro resultante da alienação das ações representativas do capital social da ANA, S. A., o reforço da posição competitiva, do crescimento e da eficiência da ANA, S. A., em benefício do sector da aviação civil

portuguesa, da economia nacional e dos utilizadores e utentes das estruturas aeroportuárias geridas pela ANA, S. A., e a minimização da exposição do Estado Português aos riscos de execução relacionados com o processo de privatização, assegurando que o enquadramento deste processo protege cabalmente os interesses nacionais.

Tendo em conta a relevância da ANA, S. A., enquanto empresa titular de concessão de serviço público aeroportuário de apoio à aviação civil, consubstanciado no estabelecimento, gestão e desenvolvimento de infraestruturas aeroportuárias, atribuída pelo Decreto-Lei n.º 404/98, e cujas bases foram estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 33/2010, o Governo considerou que o processo de privatização desta empresa deve ter que respeitar a importância estratégica do chamado hub de Lisboa, enquanto elo fundamental nas relações entre a Europa, a África e a América Latina.

Para o cumprimento dos objetivos estratégicos subjacentes a esta operação, o Governo aprovou a privatização da ANA, que se realizou mediante a alienação das ações representativas de até 100 % do capital social da empresa.

O modelo para a alienação de participações sociais representativas do capital social da ANA, tenha uma operação de venda por negociação particular, a um ou mais investidores, individualmente ou em agrupamento, nacionais ou estrangeiros, com perspectiva de investimento estável e de longo prazo, no âmbito da qual se prevê a possibilidade de negociação dos termos e condições do contrato de concessão de serviço público aeroportuário com os referidos investidores, assim como uma oferta pública de venda dirigida exclusivamente a trabalhadores da ANA, S. A., e a trabalhadores de outras empresas do Grupo ANA, S. A.

O Estado entendeu que a modalidade de venda através de negociação particular é a que, na atual situação de instabilidade económico-financeira dos mercados de capitais internacionais e português, melhor permite salvaguardar o interesse nacional na realização deste processo, em condições que cabalmente assegurem a participação do maior número de entidades idóneas e com potencial estratégico, garantindo-se um processo concorrencial e transparente, assim como a preservação do valor dos ativos e do seu relevo económico.

Esta modalidade de privatização permite otimizar os proveitos associados à alienação das ações da ANA, S. A., e promover o reforço do desenvolvimento da empresa, garantindo uma estrutura acionista coerente, adequada e estável e, bem assim, assegurando o cumprimento atempado dos

compromissos assumidos no âmbito do suprarreferido Programa de Assistência Económica e Financeira, o que justifica amplamente a sua adoção.

Com a concretização desta operação de privatização, o Estado Português pode deixar de deter qualquer participação direta ou indireta no capital social da ANA, S. A., sem prejuízo de continuar a dispor de diferentes e eficazes instrumentos jurídicos para o exercício pleno da sua função reguladora e de supervisão sobre o sector aeroportuário.

De acordo com o que está estabelecido na lei, o Governo reservou o direito de em qualquer momento e mediante resolução do Conselho de Ministros, suspender ou anular o processo de privatização, sempre que razões de interesse público o justifiquem. O Conselho de Ministros reservou o direito de não aceitar qualquer das propostas apresentadas no âmbito da venda por negociação particular, ficando, neste caso, sem qualquer efeito a oferta pública de venda dirigida a trabalhadores. Caso venha a ocorrer alguma das situações previstas na lei, os potenciais interessados e ou proponentes não têm direito a qualquer indemnização ou compensação, independentemente da respetiva natureza ou fundamento.

3.3.6 GALP

Petróleos e Gás de Portugal, SGPS, S. A. (GALP), foi privatizada em 1999 no mesmo ano em que foi criada pelo Decreto-Lei n.º 137-A/99, que agrupou as participações estatais directas na Petróleos de Portugal (PETROGAL, S. A.), na GDP (Gás de Portugal), e na TRANSGÁS (Sociedade Portuguesa de Gás Natural, S. A.). A constituição da GALP representou o início formal de um projecto de reorganização dos sectores do petróleo e do gás. Em desenvolvimento de tal projecto, e iniciando a reprivatização da GALP, o decreto-lei 261-A/99, abriu o capital à participação dos demais accionistas da PETROGAL e da TRANSGÁS, por meio de um aumento de capital a eles reservado e a realizar, em primeira linha, por conversão das suas participações nas

mesmas sociedades. O projecto de reorganização e o modelo de reprivatização não podiam deixar de ter em conta os outros accionistas das empresas em causa.

A 1.^a fase de privatização da GALP consistiu num aumento de capital, nos termos antes descritos e definidos pelo decreto lei 261-A-99. Seguir-se-lhe-á outra fase, destinada à alienação, por venda directa, de uma participação a um ou vários parceiros estratégicos.

Em março do ano 2000 a segunda fase da privatização foi aprovada com o decreto-lei 21/2000, com o objetivo de reforçar a viabilidade económica e a solidez financeira do operador energético português, para ser internacionalmente competitivo e passa necessariamente pela constituição de alianças estratégicas, tendo em vista um posicionamento mais efectivo da empresa nos mercados internacionais e, em particular, no mercado europeu. Por outro lado, essas alianças podem proporcionar à GALP a possibilidade de intervir em ramos do sector energético em que a sua presença tem, até agora, sido menos forte ou, pura e simplesmente, não se tem verificado.

Posteriormente à fase de reprivatização aprovada foram feitas outras fases de reprivatização da GALP, por meio de oferta pública, no âmbito das quais foi dado cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 261-A/99, de 7 de Julho, e o Estado reservou para a subscrição por trabalhadores e pequenos subscritores e emigrantes, uma quantidade de acções não superior a 20% nem inferior a 10% do capital social da GALP à data da conclusão do processo de reprivatização.

Na esteira das Resoluções do Conselho de Ministros n.os 63/2003, de 28 de Abril, e 68/2003, de 10 de Maio, relativas à política e à reestruturação do sector energético nacional, nas quais se preconizava a reunião e exploração integrada das redes de transporte de energia, foi aprovada a 3.^a fase de reprivatização da GALP, que visava a entrada na estrutura accionista da GALP de um operador energético. Tal desiderato foi concretizado pela venda directa à REN (Rede Eléctrica Nacional, S. A.), de 18,3% do capital social da GALP, nos termos do Decreto-Lei n.º 124/2003, de 20 de Junho, e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 193-A/2003, de 26 de Dezembro.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005, de 24 de Outubro, revogou as Resoluções do Conselho de Ministros n.os 63/2003, de 28 de Abril, e 68/2003, de 10 Maio, e aprovou a estratégia nacional para a energia que estabeleceu como uma das linhas de orientação a liberalização e promoção da concorrência no mercado energético. Esta estratégia foi posteriormente

pormenorizada nos Decretos-Leis n.os 29/2006, 30/2006 e 31/2006, todos de 15 de Fevereiro, e respeitantes, respectivamente, aos subsectores eléctrico, do gás natural e petrolífero. O Estado queria estimular alterações das participações nos capitais sociais das empresas relevantes que facilitem o cumprimento dos objectivos definidos, nomeadamente o incremento da concorrência e da eficiência. Em face destes objectivos se considerou que a próxima fase de reprivatização tinha que incluir uma oferta pública de venda que permita simultaneamente o desenvolvimento do mercado de capitais e induzir liquidez na negociação das acções representativas do capital da GALP e uma venda directa a um conjunto de instituições financeiras, que, pelos mesmos motivos, ficam obrigadas a proceder à subsequente dispersão das acções nos mercados nacionais e internacionais com vista a reforçar a internacionalização da GALP e contribuir para a diversificação interna e externa da estrutura dos potenciais investidores.

Em 2010, o Governo aprovou outra fase de privatização da Galp, mantendo a posição do Estado na empresa nos próximos sete anos, e reservando com isso os seus direitos enquanto accionista na empresa e designadamente o direito aos respectivos dividendos.

3.4 Efeitos das privatizações

3.4.1 Efeitos positivos

Um efeito positivo das privatizações, é que há um maior interesse por parte das empresas no mercado de capitais português e novos instrumentos de financiamento a que podem recorrer. Em 2018 houve novas operações, mais emitentes interessados, mais emissões de obrigações, três operações concretizadas, o que nos leva a crer que há, por parte das empresas, dos empresários portugueses e do ecossistema em geral mais interesse no mercado de capitais.

O balanço dos efeitos das privatizações na economia de Portugal é positivo, inseriu uma mudança no mercado de serviços e bens de capital, forçando mudanças profundas na cultura organizacional, melhorando a sua organização e gestão. As privatizações foram de grande ajuda para melhorar a

modernização e inovação da economia, empresas como a EDP aumentaram seus níveis de desempenho, modernização e inovação após serem privatizadas. Como resultado das privatizações, foi criado em Portugal um mercado de capitais que se desenvolveu, amadureceu e tornou-se mais credível.

Entre 2004 e 2009 EDP entregou em dividendos mais de mil milhões de euros, apesar de acumular uma dívida gigantesca equivalente a cerca del 9% do produto interno bruto português (15 mil milhões de euros). O resultado líquido a custo de substituição ajustado da GALP, atingiu em 2008 os 478 milhões de euros, o que representa um aumento de 14,2% face ao ano 2007. Em termos operacionais, este aumento situou-se nos 11,8%, com a melhoria do desempenho do segmento de negócio Refinação & Distribuição a compensar a evolução desfavorável dos resultados dos segmentos de Gas & Power e Exploração & Produção. O agravamento dos resultados financeiros ficou a dever-se aos aumentos das taxas de juro e da dívida e ao menor contributo dos resultados de empresas associadas.

As exportações aumentaram 4,1% face a 2007, com o fuelóleo a registar uma aumento de 19%, devido à retracção da procura no mercado nacional e ao aproveitamento de oportunidades de exportação para o norte da Europa. Em 2008, o fuelóleo foi o produto mais exportado pela Galp Energia, com 33,6% , seguidos das gasolinas, 30,5% e dos químicos, que representaram 11,6% do total. As vendas a clientes directos aumentaram 2,5% em resultado da incorporação nesta rúbrica das vendas de produtos petrolíferos das filiais Ibéricas da Agip, que acrescentaram um volume de cerca de 0,6 milhões de toneladas.

No final de 2008 a Galp Energia tinha 1.509 estações de serviço, mais 471 que no final de 2007 e mais 494 que no final de Setembro, em resultado da conclusão das aquisições das redes Ibéricas tanto da Agip como da ExxonMobil. Com a conclusão destas duas aquisições, a Galp Energia detém mais 497 postos de abastecimento na Península Ibérica, sendo a sua rede em Espanha constituída por um total de 630 postos de abastecimento. Galp Energia inaugurou 35 novas lojas non-fuel, das quais uma em Espanha. Esta evolução positiva do número de lojas non-fuel resulta da aposta da empresa na expansão do negócio da conveniência, que permite uma melhor rentabilização os activos da distribuição. Com as novas aquisições, aumentou para 428 o número de lojas de conveniência da Galp Energia na Península Ibérica. As vendas de gás natural aumentaram 4,8% para os 5.638 milhões de metros cúbicos, com o mercado liberalizado a

representar 57,1% do total. Este aumento traduz os maiores volumes comercializados no sector eléctrico, que cresceu 16,5%. O consumo de gás natural para produção eléctrica em Portugal foi, uma vez mais, impulsionado pela fraca pluviosidade, reduzindo a produção hidráulica em 32%, e pela diminuição da produção de energia eléctrica através de centrais a carvão (-11%) e fuelóleo (-37%), devido ao aumento do preço destes produtos nos mercados internacionais em 2008.²⁹

Em 2009, a Galp Energia vendeu 16,7 milhões de toneladas de produtos petrolíferos, um aumento de 4% face a 2008, das quais 67% correspondem a vendas aos clientes directos da empresa. As vendas a clientes directos aumentaram 16% em relação ao período homólogo, em consequência da integração das ex-filiais ibéricas da Agip e da ExxonMobil.

O lucro da Galp Energia aumentou 43 por cento em 2010 face a 2009, atingindo os 306 milhões de euros, segundo comunicou a petrolífera portuguesa à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM). Os resultados líquidos também cresceram em termos trimestrais, já que nos meses de setembro a dezembro a empresa registou lucros de 40 milhões de euros, ou seja, mais 16,1 por cento do que no mesmo período do ano 2009.

A evolução dos resultados foi explicada pela empresa com o aumento do preço e da produção de crude, o aumento da margem de refinação e do volume de crude processado e o aumento do volume vendido de gás natural. Mas a variação deveu-se também ao impacto dos resultados de 2009, quando um incidente na refinaria de Sines obrigou a uma paragem de um mês e meio, penalizando os resultados desse ano. Em 2008, a petrolífera obteve lucros de 478 milhões de euros. Em 2010, o investimento da Galp Energia foi de 1,2 mil milhões de euros, mais 69 por cento do que em 2009, valor que se deve sobretudo ao projeto de reconversão das refinarias. As vendas de gás natural subiram 5 por cento para 4,9 mil milhões de metros cúbicos. Os valores apresentados pela petrolífera são ajustados para corrigir efeitos de 'stock' e eventos não recorrentes da Galp, avisa a empresa.³⁰

Em outubro de 2011, durante a oitava fase de privatização, a EDP tinha três quartos das suas participações nas mãos de empresas estrangeiras, a empresa chinesa Three Gorges possui 21% e a americana Capital Group com 14,5% foram as que tiveram maior peso. A EDP é a empresa que

²⁹ Comunicado de Imprensa Galp, (2008), www.galp.com

³⁰ Comunicado de Imprensa Galp (2009), www.galp.com

mais dividendos entregou aos acionistas entre 2008 e 2015 (4,4 milhões de euros). A maior parte desses lucros resultou das rendas excessivas pagas pelo estado. Uma das razões para a compra da EDP pelo estado chinês é o acesso à sua inovação tecnológica, sua presença internacional e aproveitamento do monopólio. Em 2012, o secretário de Estado (Henrique Gomez) apresentou sua demissão do governo criticando a compra pelos chineses.

No último semestre de 2011, a Galp Energia concluiu com sucesso o projecto de reconfiguração da sua refinaria de Matosinhos, um investimento de 350 milhões de euros que compreendeu a construção de uma nova unidade de destilação de vácuo e de uma unidade de viscorredução, peças essenciais num programa de modernização de ambas as refinarias da empresa.

Este projecto, que é o maior investimento de sempre levado a cabo na indústria portuguesa, permitiu aumentar a produção de gasóleo até 2,5 milhões de toneladas, através da diminuição da produção de fuelóleo, ajustando assim o perfil de produção das duas refinarias às necessidades do mercado. Assim, não só o país passou a produzir todo o gasóleo de que necessita, como passou de importador a exportador líquido deste combustível, com reflexos positivos ao nível da balança de pagamentos portuguesa calculados em cerca de 400 milhões de euros por ano.

Esta modernização trouxe benefícios para a economia nacional com a criação de 150 postos de trabalho directos qualificados, bem como de 450 postos de trabalho indirectos. A estes, há que somar os proporcionados ao longo da fase de construção do projecto que, nos períodos de maior pico, chegaram a ultrapassar os 7.000 em ambas as refinarias. Incluindo a instalação das novas unidades de produção, o programa de modernização da refinaria de Matosinhos beneficiou de investimentos de cerca de 750 milhões de euros ao longo dos últimos quatro anos. Estes investimentos contemplaram a modernização do terminal petrolífero de Leixões, que permite a descarga de crude em condições atmosféricas adversas, e diversas melhorias de segurança e ambientais que promovem uma maior eficiência energética da instalação e que contribuem significativamente para uma melhor qualidade de vida das população. Cerca de 150 milhões de euros foram investidos em programas destinados à melhoria das condições ambientais e de segurança da refinaria.

Ainda no que se refere aos ganhos ambientais, as unidades agora inauguradas permitem a produção, para introdução no mercado português, de combustíveis com elevada concentração de hidrocarbonetos saturados que, sendo significativamente mais ricos em hidrogénio, implicam

menores emissões de CO₂, contribuindo para reduzir as emissões atmosféricas do sector dos transportes e para a melhoria da qualidade do ar.³¹

Em 2012, a State Grid pagou 2,90 euros por acção, dando um encaixe total de 387,15 milhões de euros pela venda de 25% estatais. Já a Oman Oil, que ficou com 15%, pagou 2,56 euros por acção, num valor total de 205,06 milhões. Ao todo, a operação ficou avaliada em 592 milhões de euros, tendo estes dois accionistas pago um prémio de 33% face à cotação da altura.³²

Em 2014 o Estado ganhou cerca de 157 milhões de euros com a venda de 11% do capital da REN, sendo que o preço das acções na oferta pública de venda foi fixado em 2,68 euros. A Parpublica ganhou 141,7 milhões de euros com a venda de 9,9% da gestora da rede eléctrica, e a Caixa Geral de Depósitos ganhou 15,7 milhões de euros com a alienação da posição de 1,1% da REN. A empresa anunciou que o preço de venda das acções na OPV e na venda directa a institucionais foi fixado em 2,68 euros. Este valor resultou das ofertas dos investidores institucionais.³³

O encaixe com a venda dos últimos 11% da REN nas mãos do Estado contrasta com as receitas geradas pelas fases de privatizações anteriores. Em 2007, quando colocou a REN em Bolsa, o Estado alienou 19% da empresa, tendo gerado um encaixe de 275 milhões de euros ao vender cada acção a 2,75 euros.

Em Setembro de 2014, os CTT passaram a ser uma empresa 100% privada. A conclusão da segunda fase da privatização da empresa rendeu 343 milhões de euros aos cofres do Estado. A segunda e última fase da privatização dos Correios ficou concluída, através de um processo de colocação acelerada de acções dirigido a investidores internacionais. A Parpública vendeu os mais de 47,2 milhões de títulos, correspondentes a 31,5% do capital, ao preço de 7,25 euros por acção.

O encaixe financeiro final ascendeu a 909,2 milhões de euros, e o montante das privatizações feitas desde 2011 já totalizam os 6,7 mil milhões. O governo, se tinha comprometido a arrecadar pelo menos 5,5 mil milhões com um programa alargado de alienações no âmbito do resgate. No entanto, o montante final das receitas que vão entrar nos cofres do Estado com as privatizações vai

³¹ Comunicado de Imprensa Galp, (2011), www.galp.com

³² Nuno Carregueiro (2014), *OPV da REN atraiu pouco mais de 2 mil investidores*, Diário de negocios

³³ Ana laranjeiro, "Acções da REN vendidas a 2,68 euros na OPV", (2014), Jornal de Negocios

aumentar. Depois da EDP, REN, e CTT, o governo tem ainda em cima da mesa a venda da gestora de resíduos EGF e da transportadora aérea TAP.³⁴

Os resultados apresentados pela Galp em 2014, superaram as estimativas dos analistas que admitem rever em alta as suas previsões para a petrolífera. O resultado líquido da Galp Energia ascendeu a 236 milhões de euros, nos primeiros nove meses do ano, o que corresponde a um aumento de 8% face a 2013.

Os resultados apresentados pela Galp em 2014, superaram as estimativas dos analistas que asseguraram rever em alta as suas previsões para a petrolífera. O resultado líquido da Galp Energia ascendeu a 236 milhões de euros, nos primeiros nove meses do ano, o que corresponde a um aumento de 8% face a 2013. A casa de investimento tinha um preço-alvo de 15 euros por acção, o que confere aos títulos um potencial de valorização de 29% face à cotação (11,625 euros), isto em conjunto com a queda das acções foi revelado como uma boa oportunidade para comprar acções da Galp.

O crescimento continuou a ser importante, após a divulgação dos resultados dos primeiros nove meses. A casa de investimento manteve a avaliação de 18,30 euros e a recomendação de comprar, realçando que a petrolífera superou as estimativas dos analistas.³⁵

Os analistas do BPI consideraram a possibilidade de desinvestimentos em Angola, uma participação no Brasil ou uma participação minoritária na rede doméstica de gás regulado para financiamento o crescimento e aumentar a diversidade do portfolio. Em 2015, o Tribunal de Contas diz que elevados dividendos anuais destas empresas podiam render, no futuro, mais dinheiro ao Portugal. O estado queria vender EDP e a REN para diminuir a dívida pública, mas o problema foi o custo de oportunidade, foi uma má altura para fazer a venda e o Estado ao fazê-la, abdicou dos elevados dividendos que estas empresas pagam anualmente. Os juízes fazem contas concretas. A participação de 21% na EDP vendida por 2,2 mil milhões de euros rendeu ao Estado, em 2012, 144 milhões de euros em dividendos. Se se tivesse mantido, a longo prazo, mesmo tendo em conta os custos da dívida pública, esta participação tinha um potencial de rendimento, uma renda , na

³⁴ Tiago Figueiredo Silva, "Privatização dos CTT rende 909 milhões aos cofres do Estado", (2014), Dinheiro Vivo

³⁵ Sara Antunes (2014), *Analistas realçam conjunto de resultados da Galp "positivo"*, Diário de Negócios

ordem dos 3,8 mil milhões de euros. Com esta venda da EDP, a perda para o Estado ascendeu a cerca de 1,6 mil milhões de euros.³⁶

No caso da REN, a conclusão é semelhante e a perda de valor para o Estado ronda os 400 milhões de euros. Em ambas as empresas, mantendo a expectativa de estabilidade dos dividendos para o investidor privado a operação gerou uma rendibilidade de 6,5% e criou um custo de oportunidade para o Estado. Fazendo contas a essa rendibilidade, na prática, em pouco mais de 15 anos o comprador poderá recuperar o investimento feito na REN e na EDP.

Além da racionalidade financeira destas privatizações, a auditoria do TC sublinha ainda outros problemas detetados. Os juízes sublinham que o governo só publicou 3 anos depois do previsto (em 2014) o regime para salvaguardar os ativos estratégicos do Estado.

Na prática, ao contrário do previsto na lei, não foram tomadas medidas legislativas que acautelassem os interesses estratégicos do Estado Português após a conclusão do processo de privatização.

A auditoria sublinha que foram detetados problemas de conflitos de interesses na contratação do Banco Espírito Santo de Investimento. O TC diz que a empresa pública que geriu estas privatizações saberá, por certo, que é prática corrente exigir, neste tipo contratação de assessorias, uma declaração de compromisso do contratado", com penalizações, para evitar a existência de conflitos de interesse.

Em 2017, os lucros da EDP cresceram 16% para 1.113 milhões de euros, face aos 961 milhões registados em 2016. Este resultado foi impactado positivamente pelo crescimento forte nas renováveis e pelo crescimento forte no Brasil e crescimentos mitigados pelos resultados negativos em Portugal. O resultado líquido recorrente desceu 8% dos 919 milhões para os 845 milhões, e a margem bruta desceu 6% para 5.391 milhões de euros, com os custos operacionais a subirem 4%. Além destes custos operacionais, a EDP contou os custos regulatórios em 334 milhões de euros. A dívida líquida recuou 13% para 13.902 milhões de euros no final de 2017 face aos 15.923 milhões registados no final de 2016. Esta redução foi possível pela venda dos negócios de gás na Península Ibérica. Contribuíram também para a redução os meios libertados pela operação e o impacto favorável das variações cambiais. Isto apesar do pagamento de dividendos, do

³⁶ Nuno Guedes (2015), *Estado pode ter perdido milhões com privatizações da EDP e REN*, Radio TSF

investimento e do reforço na EDP Renováveis. A produção de electricidade da EDP manteve-se relativamente estável em 2017 face a 2016, com um acréscimo de 0,1%. No entanto, a produção de electricidade nas barragens recuou 55% em 2017 devido à seca registada em Portugal. Ao mesmo tempo, a produção de electricidade a partir de gás natural subiu 53%, enquanto a produção a partir de carvão aumentou 27%.³⁷

A REN fechou 2017 com um resultado líquido de 125,9 milhões de euros, mais 25,7% do que em igual período do ano passado, quando ascendeu a 100,2 milhões. O resultado da REN foi impactado positivamente pela consolidação de três meses da Portgás, impacto de 8,9 milhões ao nível operacional, a par dos resultados da chilena Electrogas, no valor de 7,2 milhões.

Ao mesmo tempo, o resultado teve a contribuição positiva da melhoria do resultado financeiro, com um desagravamento de 23,3% para 61,2 milhões de euros, em linha com a tendência de descida do custo médio da dívida (2,5% em 2017 face aos 3,2% registados em 2016). O resultado líquido também foi impactado pela melhoria do resultado financeiro. Apesar negativamente no resultado da empresa está a Contribuição Extraordinária sobre o Sector Energético (CESE) pelo terceiro ano consecutivo, que pesou 25,8 milhões. Os resultados continuam a ser penalizados pela CESE. Já a dívida líquida da empresa subiu em 11,2% para 2.756 milhões de euros ao longo de 2017. A empresa concluiu o seu aumento de capital no valor de 250 milhões de euros em Dezembro de 2017, operação para financiar em parte a compra da empresa de distribuição gasista Portgás à EDP. A empresa considera que o aumento de capital correu muito bem, e foi um sucesso.³⁸

Os resultados líquidos da EDP Renováveis subiram para 313 milhões de euros em 2018, embora as receitas tenham recuado para 1697 milhões de euros, devido à queda do preço médio de venda da energia, de acordo com a informação divulgada pela empresa. Os custos operacionais aumentaram para 589 milhões, e o lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (EBITDA) caiu 5% para 1300 milhões de euros.

A capacidade de produção instalada da empresa da EDP para as energias limpas voltou a aumentar em 2018, e a produção de energia limpa aumentou 3% em comparação com 2017, principalmente devido às adições de capacidade instalada, o que se traduziu num contributo de mais 38 milhões

³⁷ André Cabrita-Mendes, "Lucros da EDP crescem 16% para 1.113 milhões de euros", (2018), *Jornal de Negócios*

³⁸ André Cabrita-Mendes, (2018), *Lucros da REN sobem 25,7% para 125,9 milhões*, *Jornal de Negócios*

de euros para os resultados. Em sentido inverso, a queda do preço médio de venda teve um impacto negativo de 71 milhões. Em Dezembro de 2018, a dívida líquida da EDP Renováveis era superior em 254 milhões de euros ao montante registado no final de 2017, totalizando 3060 milhões de euros. Segundo a empresa, 2872 milhões de euros são relativos a activos em operação e outros 188 milhões estão relacionados com activos em construção e desenvolvimento. A EDP Renováveis destacou que os encargos financeiros líquidos caíram para 220 milhões de euros no ano 2017. O conselho de administração da empresa vai propor aos accionistas o pagamento de um dividendo de sete cêntimos por acção. A EDP tem 83% do capital da EDP Renováveis e a gestora de activos MSF tem 3%, sendo os únicos accionistas de referência.³⁹

A companhia aérea TAP, obteve um lucro de 100,4 milhões de euros em 2017 depois de no ano anterior ter conseguido 33,5 milhões. O negócio da aviação permitiu à TAP SGPS atingir lucros de 21,2 milhões de euros em 2017, depois de ter registado prejuízos de 27,7 milhões de euros em 2016. Já na atividade aérea, a companhia registou 100 milhões de euros de lucro depois de no ano anterior ter conseguido 33,5 milhões de euros. O ministro do Planeamento e Infraestruturas, Pedro Marques, considerou que sua estabilização financeira e o regresso a resultados positivos é um bom sinal para os portugueses porque dá confiança no futuro da TAP, e confiança na economia de Portugal. O Governo Considera que a manutenção de uma posição do Estado como maior acionista dava-lhe alcance estratégico, dava estabilidade estratégica e permitiria que uma gestão executiva por parte dos acionistas privados pudesse cumprir esse plano estratégico. Também reportaron à reversão da privatização, que resultou em 50% do capital para o Estado, através da Parpública, 45% para o consórcio Atlantic Gateway e 5% para os trabalhadores. A TAP aumentou em 18% as suas vendas globais durante o primeiro semestre do ano 2018, indicador que foi, insuficiente para contrariar um resultado operacional negativo de 47 milhões de euros e um prejuízo que chegou aos 90 milhões de euros.⁴⁰

A empresa refere que o primeiro semestre foi desafiador, em função do forte aumento do preço dos combustíveis, pela volatilidade nas moedas dos principais mercados da TAP e por irregularidades operacionais. Mas nem tudo foi negativo, já que nos primeiros seis meses do ano, as vendas globais da companhia subiram 18%, com destaque para os mercados português,

³⁹ Setor electrico (2018), Edp.com

⁴⁰ Dinheiro Vivo (2018), "TAP com lucros de 100 milhões de euros em 2017"

brasileiro e norte-americano que, no conjunto, cresceram aproximadamente 15% e representaram 56% do total das vendas da TAP. Além destes três mercados, a companhia tinha evoluções muito positivas face ao período do ano anterior a exemplo da Áustria (44%), a Alemanha (42%), o Reino Unido (28%) e Espanha (19%).⁴¹

A contribuir para os resultados positivos da companhia esteve também a TAP ME Brasil, cuja reestruturação teve um avanço significativo, com redução total de aproximadamente 1000 colaboradores, praticamente metade do quadro de funcionários da subsidiária no início deste processo.

Ao ajustar a capacidade da operação à procura atingiu-se uma elevada utilização que, juntamente com uma nova política comercial e diversas iniciativas de corte de custos, permitiram à subsidiária registar um lucro operacional, excluindo custos com reestruturação, de aproximadamente um milhão de euros.

Importantes para os resultados foram também os acordos salariais fechados com a maioria das classes profissionais da companhia, que também se traduziram em aumentos salariais importantes, garantindo a paz social para os próximos cinco anos.

Nos primeiros seis meses do 2018, a TAP efectuou também diversos investimentos para melhorar a pontualidade da operação, nomeadamente a contratação de mais tripulantes, a disponibilidade de aviões de reserva, a contratação de um estudo de melhoria da capacidade aeroportuária em Lisboa e o desenvolvimento de novos processos internos.

A companhia considera que o segundo semestre terá, uma contribuição fundamental para o resultado anual da TAP, uma vez que mais forte, este semestre beneficiará ainda dos planos da Companhia para minorar irregularidades, designadamente, a contratação e formação de mais pilotos e tripulantes de cabina, bem como alterações à estrutura de planeamento de escalas e medidas para incrementar a pontualidade, além de ser também um período de expansão, com novos aviões.

Nos primeiros cinco anos de operação em Portugal, o grupo francês Vinci já lucrou 587 milhões de euros através da Aeroportos de Portugal (ANA), este valor, obtido nos exercícios de 2013 a

⁴¹ Inês de Matos (2018), "TAP COM PREJUÍZO DE 90 MILHÕES DE EUROS NO PRIMEIRO SEMESTRE", Diário Publiturus

2017, equivale a 19% do investimento que lhe garantiu a vitória na privatização da empresa que gere os aeroportos a nível nacional, no final de 2012. Os valores de 2018 ainda não são conhecidos, mas vão certamente fazer subir a fatia para cima dos 20%. Para garantir a compra da ANA, a Vinci avançou com 3080 milhões de euros, dos quais 1200 milhões correspondem à concessão dos aeroportos por cinquenta anos, e outros 700 milhões corresponderam a dívida assumida.⁴²

Na altura da privatização da ANA, a operação de aeroportos era residual no seio do grupo francês, tradicionalmente orientado para a construção, mas presente em vários negócios. Depois de um arranque menos lucrativo logo ao início da operação em Portugal, período em que o esforço financeiro também foi maior, a ANA conheceu em 2017 o seu melhor ano com um resultado líquido de 248 milhões, impulsionado pelo crescimento de turistas e novos recordes de passageiros nos aeroportos.

O volume de negócios da Vinci no mercado nacional também tem vindo a subir, chegando aos 760,6 milhões em 2017, se o negócio continuar a crescer, isso também terá impactos directos para o Estado a médio prazo, uma vez que, conforme ficou estipulado no momento da privatização, a ANA terá de partilhar receitas ligadas à concessão, numa fórmula de cálculo crescente que começa em 1% da receita bruta e vai até aos 10%. De acordo com os dados do Governo, o primeiro pagamento, de nove milhões de euros, será realizado em 2023, a mesma altura em que se perspectiva o primeiro ano completo do Montijo em termos operacionais. Até ao final dessa década, a verba prevista para o Estado soma 86 milhões de euros, e a tendência é sempre a subir.

A previsão de encaixe por parte do Estado surge pela primeira vez na proposta do Orçamento do Estado para 2019, na rubrica das Parcerias Público-Privadas (PPP). Isto quando, até aqui, os aeroportos foram sempre classificados como uma concessão, e não uma PPP. De acordo com os esclarecimentos do Ministério das Finanças ao PÚBLICO, a mudança ocorreu no início do ano passado. Segundo fonte oficial, a alteração da classificação de concessão para PPP resultou exclusivamente de um aperfeiçoamento da terminologia jurídica que lhe estava associada e que, desta forma, se afigura mais correcta, nada se modificando em substância, nem quanto à execução do contrato, nem quanto a fluxos financeiros e impactos orçamentais. Desta forma, remetendo a questão para a lei das PPP criada em 2012, a alteração da sua denominação não resultou de

⁴² Luis Villalobos (2019), “Donos da ANA já recuperaram 19% do que pagaram pela privatização dos aeroportos”, Diário Publico

qualquer alteração contratual ou de qualquer evento externo ao contrato, mas antes de uma melhor classificação jurídica da sua real situação, mantendo-se esta última inalterada. A questão, surgiu agora por causa da preparação do Programa de Estabilidade 2019-2023 (a divulgar em Abril), com o último ano a englobar já a previsão dos fluxos financeiros das PPP que reúnem a vertente positiva dos aeroportos.

Por parte do Ministério do Planeamento e Infra-estruturas, fonte oficial sublinhou, questionada pelo PÚBLICO, que a passagem a PPP nada tem a ver com a construção do Montijo, a primeira obra de raiz da Vinci/ANA, sem custos para o Estado.

Entre 1995 e 2000, Portugal manteve uma dívida pública, em percentagem do PIB, substancialmente inferior à média dos países europeus. O grande salto para o endividamento faz-se no período 2000 a 2008, antes da crise internacional. No caso da Europa, houve um fraco crescimento da dívida pública entre 2000 e 2008 e uma aceleração evidente entre 2008 e 2011. A dívida privada conheceu uma enorme aceleração no período de 2000-2008, o que parece justificar a narrativa que propõe uma relação causal entre as duas dívidas. O aumento do peso da dívida pública arranca em 2008 (crescimento de 0,5% em 8 anos, em 2000-2008, contra 39,0% em 3 anos, em 2008-2011). Já o arranque decisivo do peso da dívida privada dera-se no período 2000-2008 (crescimento de 43,4% em 8 anos). o endividamento privado no período 2000-2008, não ocorreu por geração espontânea, mas teve origem nos incentivos, nas garantias, nas políticas públicas de promoção de aquisição generalizada de propriedade imobiliária com forte e diversificado suporte público.⁴³

Em Portugal houve um aumento autónomo da despesa pública que não foi provocado pela despesa privada e pela crise. O fenómeno verificado na Europa também se verificou aqui, mas ele sobrepõe-se, acumula com um anterior e enorme crescimento da dívida pública. O grande arranque da dívida pública portuguesa dá-se a partir de 2000 e não apenas, como na Europa, após 2008.

Só em Portugal (42,1% contra 40,8%) e Alemanha (10,8% contra -5,9%) o crescimento do peso da dívida pública foi superior ao da dívida privada. Em média, na União Europeia a diferença foi abissal; 0,5% contra 43,4%. Na Europa, o crescimento da dívida pública em 2008-2011 parece

⁴³ Avelino de Jesus (2012), “A origem da dívida pública”, Diário de Negocios

ser consequência da dívida privada de 2000-2008. Mas em Portugal há uma autonomia clara do crescimento da dívida pública que vem de 2000-2008.

A narrativa que atribui à crise o insuportável endividamento público português não é apenas uma atrevida e errónea interpretação do passado. Ela serve o desígnio de alimentar a insistência nos mesmos erros de política económica que nos trouxeram à desgraçada situação de falência: sempre mais dívida, agora travestida de euro-obrigações, obrigações de projecto, acréscimo de créditos e de massa monetária do BCE e o mais que por aí circula loucamente. Justifica-se, assim, duplamente a sua refutação.

3.4.2 Efeitos negativos

Uma das controvérsias geradas pelas privatizações é definir se há setores ou não que devem permanecer no controle do Estado. Para isso é necessário definir a natureza estratégica desses bens, considerar que os mercados financeiro e de capitais não garantem investimentos de longo prazo e a existência de dúvidas sobre a capacidade do setor privado de garantir o acesso a bens básicos com o princípio de igualdade. A experiência internacional serve como exemplo para demonstrar que vários setores que são alvos de privatizações são serviços de interesse geral ou monopólios naturais. Isso gera que há uma atenção aos mecanismos de regulação dessas atividades que asseguram equidade, sustentabilidade e interesse público. Nos países da União Europeia, ainda há “*golden shares*” apesar das sentenças proferidos do Tribunal de Justiça Europeu contra eles.

Entre 1999 e 2006, a participação pública na Galp ficou reduzida a 7%. A partir daí, os lucros acumulados até 2015 chegaram aos 3,4 mil milhões de euros e os accionistas receberam quase 2,5 mil milhões em dividendos. São mais 824 milhões de euros do que os cofres públicos receberam pela perda de uma das maiores empresas portuguesas, com o controlo sobre um sector estratégico para Portugal. Os milhares de milhões em dividendos entraram para as contas de grandes grupos

económicos portugueses e estrangeiros, como a Amorim Energia (grupo Amorim e Sonangol), ENI (italiana), Iberdrola (espanhola). Dez anos depois desse dia 24 de Outubro de 2006, em que a Galp Energia passou a ser negociada em bolsa, os accionistas da empresa encaixaram quase 73% dos lucros. Mesmo nos anos em que os dividendos distribuídos foram mais baixos (entre 2009 e 2011), o valor superou os 165 milhões de euros. A constituição da Galp Energia implicou um pagamento de uma indemnização à Petrogal de cerca de 173 milhões de euros. A empresa era detida em 45% pela Petrocontrol, que ganha ainda direito a ficar com 33% da nova empresa pública, através da subscrição da maior parte de um aumento de capital de 327 milhões. No total, 39,4% do capital social da nova empresa sai da posse do Estado. Um ano depois é a vez da ENI e da Iberdrola, energéticas italiana e espanhola, comprarem 15% da Galp a troco de 433,5 milhões de euros. Os italianos ficam com 11% e os espanhóis com 4%. O ministro das Finanças da época viria a tornar-se administrador da Iberdrola pouco depois de sair do governo.⁴⁴

Em 2008, as gasolinas da GALP tiveram um desempenho negativo, com um decréscimo de 27,2%. Este decréscimo foi resultado da diminuição na produção em resultado da paragem da refinaria de Sines e aos efeitos da crise económica na retracção do consumo no mercado norte-americano, principal destino de exportação deste produto. Aqui, verificou-se igualmente uma recuperação da capacidade da oferta, com o restabelecimento da capacidade de refinação afectada em 2007 pelo furacão Dean. A produção de energia eléctrica diminuiu 3,9% em 2008, em relação ao ano anterior, para 1.548 GWh. As centrais de cogeração da Galp Energia utilizaram um total de 161 milhões de metros cúbicos de gás natural, representando 8,6% do mercado industrial português. As vendas de electricidade à rede registaram uma diminuição de 17,3% devido a paragens para manutenção nas centrais de cogeração da Carriço e da Energin.⁴⁵

Em 2009, as refinarias da Galp Energia trataram 11,5 milhões de toneladas de matérias-primas, menos 12,0% que em 2008, devido fundamentalmente ao incidente na refinaria de Sines em Janeiro, que interrompeu o processamento de matéria-prima por um período aproximado de seis semanas. A taxa de utilização da capacidade de refinação em 2009 foi de 69%, abaixo dos 79% do ano 2008. As vendas de gás natural registaram uma descida de 17% em relação ao período homólogo para os 4.680 milhões de metros cúbicos, com o mercado liberalizado a representar 69%

⁴⁴ Diário Abril (2016), “Galp: Estado perdeu milhões nos últimos dez anos”

⁴⁵ Comunidade de Imprensa Galp (2009) “Galp Energia apresenta resultado líquido a custos de substituição ajustado (replacement cost adjusted) de 478 milhões de euros”

do total, quando em 2008 representava 57%. A descida homóloga dos volumes vendidos deveu-se essencialmente à diminuição de consumo de gás do segmento eléctrico e às menores vendas no trading. A variação negativa registada no segmento eléctrico de 12%, foi consequência do aumento da geração eléctrica por via hidráulica e por via térmica com recurso ao carvão. Por outro lado, a quebra nas margens de venda de gás natural resultantes da menor procura de gás natural a nível internacional, tiveram como consequência a diminuição do volume em 69% no segmento de trading.⁴⁶

As privatizações da EDP e da REN causaram polémica quando o Ministério Público identificou sinais de tráfico de influência, manipulação de preços e tráfego de informação privilegiada em 2012. Durante este processo surgiram mais irregularidades, a Associação Transparência e Integridade registou que na comissão eventual para o acompanhamento das medidas do programa, havia deputados que tinham assento com interesses diretos em empresas envolvidas em privatizações. O órgão do tribunal de contas (TdC) reuniu-se apenas com a comissão de acompanhamento da privatização da EDP quando o processo já estava fechado e as nomeações para os órgãos sociais da EDP pelo accionista chinês causaram perturbação.

EDP conseguiu conquistar poder e influência sobre políticos, assessores de gabinetes ministeriais e reguladores desde a 1.ª fase de privatização em 1997. Poder e influência que serviram para construir um enquadramento legislativo que protegeu o máximo possível a empresa no novo contexto de liberalização do setor energético. Nesse processo de conquista de proteção legislativa, tanto se encontram alegados conflito de interesses, como saltam à vista as suspeitas de alegados crimes de corrupção.

Para o Ministério Público, a licença atribuída à EDP tem uma relação com o facto de que em 2008, depois de sair da direção-geral da Energia, Miguel Barreto fundou uma empresa (Home Energy) em que detinha 40% do capital, em sociedade com a Martifer (60%), que vendeu, em 2011, à EDP.

Miguel abriu uma conta no Barclays Bank na Suíça onde depositou 1,4 milhões de euros, o valor exato da venda da Home Energy à EDP. Os procuradores suíços entraram em contacto com os seus colegas portugueses, pedindo colaboração, através de uma carta rogatória, para saber se aquele valor resulta de uma atividade ilícita

⁴⁶ Informação financeira Galp (2010) “Resultados anuais de 2009”

Apesar dos lucros nas privatizações das empresas, no ano 2004 a dívida pública portuguesa estava nos 62% do PIB. Em 2000 tinha atingido o seu valor mínimo nos 50,3% e prolongou até 2008 um agravamento progressivo até aos 71,7%. A partir de 2009, ano de grave crise internacional, a dívida disparou. Até ao final de 2011, chegou aos 111,1% do PIB. O final do Governo PS ocorreu em Junho desse ano. De acordo com os dados mensais do Banco de Portugal, o valor da dívida em termos absolutos no final de Junho de 2011 era praticamente idêntico ao do final desse mesmo ano (195,6 mil milhões de euros contra 195,7 mil milhões de euros a dívida pública portuguesa finalizou o ano de 2014 em 128,7% do Produto Interno Bruto (PIB), um valor que fica acima das previsões feitas pelo Governo no 2013.

De acordo com os dados publicados no Boletim Estatístico de Fevereiro 2014, o valor da dívida ascendeu a 224.477 milhões de euros no final do passado mês de Dezembro. Em percentagem do PIB, este montante representa 128,7%. É uma descida face aos 131,4% registados no final do terceiro trimestre de 2014, mas significa uma subida em relação ao final de 2013. Uma das explicações que tem vindo a ser dada pelo Executivo para a manutenção da dívida pública em montantes elevados é o facto de o Tesouro, por motivos de precaução, ter vindo a acumular excedentes de tesouraria significativos. De acordo com os dados do Banco de Portugal, os depósitos acumulados no final de 2014 eram de 14.929 milhões de euros. Sem contar com estes números, a dívida pública líquida era de 206.970 milhões de euros em Dezembro de 2014, o que compara com 201.245 milhões de euros em Dezembro de 2013. Em percentagem do PIB, regista-se também uma subida neste indicador, que passou de 117,5% no final de 2013 para 118,6% no final de 2014.

A subida do valor da dívida pública em percentagem do PIB não acontece por conta do endividamento do sector empresarial do Estado. De acordo com os dados do Banco de Portugal, a dívida das empresas públicas passou de 27,7% do PIB no final de 2013 para 25,6% no final de 2014. O boletim estatístico do Banco de Portugal mostra que, tanto as empresas como os particulares, continuam a diminuir os seus níveis de endividamento, pedindo menos novos empréstimos do que aqueles que vai amortizando. Isto acontece, num cenário em que estão pressionados por uma economia com perspectivas de crescimento muito moderado e por um sector bancário que está agora muito mais cuidadoso na concessão de crédito.

Nas empresas privadas, 2014 foi o ano em que o peso da sua dívida no PIB mais caiu. Passou de 155,8% do PIB no final de 2013 para 142% no final de 2014. Este indicador regressou assim ao valor mais baixo desde o início da crise financeira internacional. As empresas portuguesas, tanto as PME como as de maior dimensão, têm vindo a adoptar uma política de reequilíbrio dos seus balanços. Sem grandes perspectivas de evolução das vendas no mercado interno e com os bancos menos receptivos a emprestar dinheiro, optam por não apostar no investimento e por fazer da amortização da dívida uma prioridade.⁴⁷

Em 2015 uma controvérsia legal surgiu no processo de privatização, quando o Tribunal de Contas diz que, no caso das privatizações da EDP e da REN, o Governo não tomou medidas legislativas que acautelassem os interesses estratégicos do Estado Português após a conclusão do processo de privatização. No relatório de auditoria dos processos de privatização do setor elétrico, revelado em junho, o Tribunal de Contas frisa que, não obstante o decreto de privatização da EDP e da REN e o acordo de venda e de parceria estratégica conterem referências à salvaguarda do interesse nacional, e não foi prevista qualquer cláusula de penalização para o seu incumprimento. O tribunal diz que, nestes dois processos não foram tomadas quaisquer iniciativas legais para acautelar os interesses estratégicos do Estado depois de concluída a privatização, tal como estatuído no art.º 27 da Lei Quadro das Privatizações. A auditoria constatou que a postura do Estado Português se revelou menos adequada quando comparada com a de alguns dos países europeus que protegem claramente os seus ativos estratégicos. Em sede de contraditório das entidades envolvidas, o Tribunal de Contas referiu que a salvaguarda dos ativos estratégicos foi assegurada através de diplomas legais de cada um dos processos e pelo “framework agreement”, assinado entre o Estado, as empresas e os novos acionistas chineses.⁴⁸

No entanto, o tribunal sublinhou que caso aqueles instrumentos fossem suficientes não seria necessário a aprovação de um regime específico.

Apesar desta crítica, a instituição sublinhou que as privatizações em análise atingiram o objetivo previsto no memorando assinado com a troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e

⁴⁷ Rui Perez Jorge (2015), *Infografia: Famílias e empresas baixam endividamento pelo segundo ano consecutivo*, Jornal de Negócios

⁴⁸ Lusa (2015), *Privatizações da EDP e REN não acautelaram "interesses estratégicos do Estado"*, Diário de Notícias

Fundo Monetário Internacional) que era o de reduzir a dívida pública e que foi atingido com a afetação total da receita líquida das operações à amortização da dívida pública.

O tribunal indicou que a venda direta da EDP, relativo à 8ª fase e conclusão da 7ª, e da REN, correspondente à 2ª fase, geraram uma receita líquida global de 2.768 milhões de euros, mas os auditores indicam que a receita prevista para estes processos não foi autonomizada no memorando, pelo que não é possível comparar os valores realizados face aos valores previstos, no sentido de identificar e quantificar eventuais desvios financeiros.⁴⁹

Em 2016, a dívida pública portuguesa atingiu os 235,8 mil milhões de euros em abril, mais 2,8 mil milhões de euros face a março e o valor mais elevado desde fevereiro de 2015, segundo dados do Banco de Portugal (BdP). De acordo com os dados divulgados, o aumento da dívida das administrações públicas, refletiu, maioritariamente, emissões líquidas positivas de títulos de dívida no montante de 2,5 mil milhões de euros. O crescimento da dívida pública foi acompanhado por um acréscimo menos acentuado dos ativos em depósitos (1,8 mil milhões de euros), pelo que a dívida pública líquida de depósitos da administração central aumentou 1,0 mil milhões de euros face ao mês anterior, ascendendo a 219,6 mil milhões de euros.⁵⁰

Em 2017, a sede da EDP foi objecto da visita de um Procurador da República do DCIAP, acompanhado da Polícia Judiciária, com o objetivo de realizar buscas sobre suspeitas de corrupção. A visita dos referidos elementos insere-se no âmbito de uma investigação que teve origem numa denúncia anónima e reporta-se a matéria relacionada com a extinção dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE) e a sua substituição pelo regime dos Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC), iniciada em 2004, e visou a obtenção de elementos documentais relacionados com os referidos procedimentos. Num dia em que as acções da eléctrica abriram a sessão em bolsa em trajectória descendente, a EDP, entretanto constituído arguido no processo, acrescentou que a administração da EDP facultou aos investigadores o acesso irrestrito a toda a informação e foi prestada toda a colaboração com vista ao esclarecimento dos factos.

A privatização dos CTT recebeu críticas devido à sua degradação, e os atrasos e falhas na entrega do correio. A Anacom, responsável por fiscalizar o cumprimento da concessão do serviço público

⁴⁹ Ana Brito (2015), *Tribunal de Contas critica falta de transparência nas privatizações da EDP e REN*, Diário Público

⁵⁰ Lusa (2016), *Dívida pública sobe para 235,8 mil milhões de euros*, Diário de Notícias

postal, concluiu que a empresa falhou os indicadores de qualidade a que está obrigada e decidiu accionar o mecanismo de compensação. Nos sete anos anteriores à privatização (entre 2007 e 2013) apresentou em média lucros superiores a 50 milhões de euros. No mesmo período, a preparação da privatização impôs a saída de quase 3 mil trabalhadores, o encerramento de mais de 300 estações e 85 centros de distribuição postal, e o fim de mais de 1500 giros.

Os CTT encolheram e o serviço público que prestava degradou-se, particularmente a partir de 2011. No ano seguinte, entra para a presidência do conselho de administração Francisco Lacerda, nomeado pelo governo do PSD e do CDS-PP. Para a sua missão, Lacerda contava com a experiência noutras empresas privatizadas, como a Cimpor, a que presidiu entre 2010 e 2011, e a Portugal Telecom, onde foi presidente da comissão de remunerações a partir de 2009.

Mesmo depois da privatização, Francisco Lacerda foi mantido pelos accionistas privados na gestão dos CTT, tendo sido reconduzido já este ano no cargo até 2019. A partir de 2013, a mesma administração nomeada pelo poder público fez prosseguir o caminho prosseguido até então, já sob orientações de grandes fundos de investimento nacionais e, particularmente, internacionais.

A rede de estações de correios, entretanto transformadas em lojas CTT, continuou a ser reduzida, o número de trabalhadores a descer e, até ao final de 2016, foram encerrados mais 43 centros de distribuição postal.

Na última década, foram encerradas mais de 500 estações e postos dos CTT. A degradação do serviço público prestado intensificou-se, havendo zonas do País onde o correio passou a ser distribuído uma vez por semana e registo de atrasos que já chegaram a duas semanas na entrega dos vales postais com as pensões de reforma.

Uma das possibilidades que o anterior governo deu aos donos privados dos CTT, quando alteraram as bases da concessão do serviço público postal, foi a de subcontratar a terceiros parte desse serviço, nomeadamente a distribuição postal. Os trabalhadores têm vindo a denunciar o recurso sistemático a empresas de trabalho temporário e a prestadores de serviços para assegurar a função social da empresa que se chama Correios de Portugal, o tratamento e a entrega do correio no país em condições que assegurem a celeridade, a segurança e a privacidade da correspondência.

Os CTT, enquanto empresa que recebeu do Estado a concessão do serviço postal universal, está sujeita à supervisão da Anacom. Esta fixa, anualmente, indicadores de qualidade que a empresa

tem de cumprir e que devem ser aferidos por uma entidade independente. Até ao último trimestre de 2016, a empresa nunca o fez, comunicava esses indicadores recolhidos e tratados por si própria. Nessa altura, contratou uma consultora para o fazer e surgiram os problemas.

Pela primeira vez, os CTT não cumpriram com um dos 11 indicadores de qualidade, e as disparidades face aos dados anteriores, produzidos internamente, são evidentes em todos os indicadores. Em seis dos critérios, foram falhados os objectivos e em um, a empresa falhou mesmo o mínimo fixado pela Anacom. Tomando apenas como referência os dados da consultora, referentes aos últimos três meses de 2016, o desvio seria muito superior e os CTT falhariam ainda noutra indicador. A Anacom já impôs o mecanismo de compensação previsto, que passa pela redução da tarifa em causa na falha, no caso do correio normal. No entanto, a redução imposta é de 0,03%, quando esta subiu 47% desde a privatização.⁵¹

Desde a privatização, o serviço piorou mas os preços subiram todos os anos. Na média de todos os produtos dos CTT, a subida é de cerca de 27% em cinco anos. Ficou muito mais caro mandar uma carta e esta demora muito mais a chegar ao destino. Ao fim destes anos, o Estado já perdeu centenas de milhões de euros em dividendos e o País deixou de ter um serviço de correios público, fiável e seguro. Em contrapartida, entre 2013 e 2016, foram distribuídos mais de 270 milhões de euros em dividendos, cerca de um terço da receita total da privatização.

Actualmente, a empresa tem como principal accionista um dos herdeiros de duas das famílias que dominaram a economia portuguesa sob o regime fascista e que mais lucraram com as privatizações: Manuel de Mello Champalimaud, com 10% do capital.

Com participações até aos 2%, as que obrigam à comunicação pública da propriedade do capital da empresa, contam-se bancos internacionais, fundos de investimento especulativo, e o multimilionário espanhol Rafael Domínguez de Gor, dono de marcas de roupa infantil e de participações em diversos sectores, da moda às telecomunicações móveis.

O prazo de concessão termina em dezembro de 2019 e o PS quer esperar até 2020 para avaliar a possibilidade de nacionalização da empresa. Os socialistas querem reverter o processo de privatização dos Correios levado a cabo pelo governo de Passos Coelho em setembro de 2014, que permitiu encaixar 909 milhões de euros aos cofres do Estado. Desde que os CTT foram

⁵¹ Lusa (2019), *“CTT voltaram a falhar indicadores de qualidade em 2018”*, Diário Expresso

privatizados, em setembro de 2014, o que permaneceu durante estes quatro anos nos Correios foi mesmo a liderança de Francisco de Lacerda, cujo mandato termina no final deste ano. Nessa altura, o presidente da empresa falava em ano histórico e mostrava-se orgulhoso do passado e otimista em relação ao futuro. A diferença nestes últimos quatro anos assenta não só nos lucros apresentados como também no número de estações e trabalhadores. Desde o ano da privatização até final de 2018, os Correios perderam 57,8 milhões de euros em resultados. O cenário de queda também se refletiu no número de trabalhadores, com a empresa a empregar menos 426. Em contrapartida o atendimento foi reforçado e passou de 2.317 para 2.383 pontos CTT, uma diferença de 66.⁵²

No ano em que a empresa foi alienada, fechou com lucros de 77,2 milhões de euros. Um aumento de 26,5% face ao ano anterior, quando tinha atingido os 61 milhões de euros. Esses resultados foram essencialmente impulsionados pelo crescimento dos lucros para 718,8 milhões de euros por iniciativas de controlo de custos e implementação de transformações estruturais que permitiram potenciar a eficiência, a agilidade e a sustentabilidade da empresa.

Os Correios contavam com 12.523 trabalhadores (uma redução de 2,9% face ao ano anterior), 623 redes de lojas e 1.694 postos de correio. O dividendo proposto nesse ano aos acionistas foi de 40 cêntimos por ação. O correio representava então 70% do total do negócio e atingia 546,2 milhões de euros dos rendimentos operacionais, enquanto a área de encomendas se fixava em 129 milhões de euros. Mas a partir de 2015 assistiu-se ao início da queda dos lucros. Nesse ano, a empresa liderada por Francisco Lacerda apresentou um resultado de 72 milhões de euros, uma quebra de 6,6% face ao ano anterior. Ainda assim, a empresa distribuiu dividendos de 70 milhões, correspondentes a 47 cêntimos por ação. O número de trabalhadores também registou uma ligeira redução, atingindo os 12.462. O mesmo cenário registou-se na rede de lojas: 619, mas em contrapartida aumentou para 1.711 os postos de correio. Esse ano ficou também marcado pelo lançamento da marca do Banco CTT e pelo início da sua atividade, embora em modo limitado, no modelo de “*soft opening*”, opera na agência sede, num ambiente reservado a trabalhadores dos CTT e do Banco CTT.

⁵² Lusa (2019), “*Contrato de concessão dos CTT para serviço postal universal termina em dezembro de 2020*”, Diário de Notícias

Um projeto considerado pela empresa decisivo para completar a oferta do negócio de serviços financeiros, nomeadamente a comercialização de dívida pública e de outros produtos como seguros e que vinha do tempo da administração de Luís Nazaré. O banco dos CTT constitui uma ambição de longa data da empresa, vindo colmatar uma oportunidade clara de mercado. Nos últimos anos a banca e as instituições financeiras portuguesas sofreram graves danos reputacionais causados por uma longa e profunda crise económica agravada pela crise da dívida soberana que afetou particularmente o setor bancário. Através de uma análise profunda e cuidada ao mercado, os CTT identificaram uma oportunidade para lançar um banco dirigido a uma população que valoriza a confiança e privilegia a simplicidade nas suas necessidades bancárias diárias.

O ano de 2015 ficou também marcado pelo aumento dos rendimentos da área de negócio de correio que subiu 1,5% para 554,6 milhões de euros devido ao efeito combinado do aumento do preço médio do correio endereçado, da alteração da política de descontos e da desaceleração do ritmo de queda no tráfego de correio endereçado que se situou nos 3,2%. O mesmo aconteceu com a área de negócio expresso encomendas, que apresentou um crescimento dos rendimentos de 1,7%, para 131,3 milhões de euros, em resultado de um crescimento de tráfego de 3,2%. O Banco CTT arrancou em 2016 com a abertura de 200 balcões. De acordo com a empresa, terminou o ano com mais de 100 mil clientes, 74 mil contas abertas e mais de 250 milhões de euros em depósitos. Um ano que ficou igualmente marcado pela continuação da queda dos lucros, que se saldaram em 62,1 milhões de euros, uma queda de 13,7% face aos 72 milhões de euros registados em 2015.

Na altura, a empresa justificou esta redução, como resultado da queda estrutural da receita de correio que registou valores mais elevados que os esperados, com um forte efeito negativo do mix de preços, que passou a pesar menos de 50% dos rendimentos. Já as encomendas foram o que mais contribuiu para o crescimento do setor. Uma tendência que continua a vigorar até aos dias de hoje.

Os CTT contavam nesse ano com 12.479 trabalhadores, e os postos de correio registaram uma ligeira subida, passando de 1.711 para 1.724. Uma tendência que não foi seguida pela rede de lojas, que passou de 619 para 615. O dividendo distribuído aos acionistas totalizou os 72 milhões de euros, correspondentes a 0,42 cêntimos por ação. Com nova administração em 2017, o ano ficou ainda marcado pelo início do plano de transformação dos Correios que estará concluído em 2020 e com a venda da sua sede, permitindo um encaixe de 16 milhões de euros. Sem esquecer a quebra

de resultados superior a 50%. Esse ano, os CTT fecharam a sua atividade com um resultado líquido de 27,2 milhões de euros, uma redução de 56,1% face a 2016. O número de trabalhadores registou um aumento de 2,6% para 12.787, enquanto os postos de correio registaram uma subida de 2,1% para 761. A rede de lojas voltou a registar uma queda, totalizando as 608. Já o dividendo distribuído aos acionistas fixou-se em 38 cêntimos por ação, ou seja, mais do que o montante total dos lucros. Um ano depois de ter sido lançado, o Banco CTT conseguiu captar depósitos acima de 619 milhões de euros, dos quais cerca de 409 milhões de euros à ordem. Já a intermediação de crédito pessoal e automóvel, em parceria com o Cetelem, superou os 36 milhões de euros, enquanto o crédito à habitação, totalizou os 66,1 milhões de euros.

A queda de lucros manteve-se no 2018 com os Correios a apresentarem um quebra de resultado de 28% para 19,6 milhões de euros. Segundo a empresa, este resultado foi influenciado pelos gastos com as rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo, que totalizaram os 20,5 milhões de euros, no plano de transformação operacional.

No entanto, os rendimentos operacionais cresceram para 708 milhões de euros, um aumento de 1,4% em relação ao ano anterior. O aumento dos rendimentos operacionais dos CTT é impulsionado pela evolução positiva do mix de produtos no negócio de correio, que compensou a queda do tráfego de correio endereçado, e pelo crescimento dos rendimentos operacionais de 12,3% na área de expresso & encomendas e de 27% no Banco CTT. Os CTT empregavam, em dezembro de 2018 12.097 pessoas, e contavam com uma rede de 2.383 Pontos CTT. E, ao contrário do que acontecia em anos anteriores, a empresa cortou na distribuição de dividendos: 10 cêntimos por ação, ou seja, nunca os CTT pagaram tão pouco aos seus acionistas, cortando com a política de distribuir mais do que os lucros registados, ficando apenas por 75% dos lucros. Em relação ao Banco CTT, o ano de 2018 foi fechado com mais de 400 mil clientes, um crescimento dos depósitos de 42,8% para 884 milhões de euros e uma quota de 2,8% na concessão de crédito à habitação (238 milhões de euros).⁵³

As acções da EDP caiu em 2018, com uma descida de 23% dos lucros no primeiro trimestre. Os títulos da eléctrica descem 2,59% para 3,007 euros, depois de terem chegado a desvalorizar um máximo de 2,72% para 3,003, um valor próximo do mais baixo desde o final de Março. Após o

⁵³ Sonia Perez Pinto (2019), "CTT perdem 57,8M desde a privatização", Sol Sapo

fecho do mercado, a companhia liderada por António Mexia anunciou que os seus lucros desceram 23% no período entre Janeiro e Março para 166 milhões de euros, penalizados pela venda do negócio de distribuição de gás em Portugal e Espanha em 2017, assim como efeitos cambiais negativos do real e do dólar face ao euro. EDP anunciou um ano desafiante devido ao impacto negativo da venda da actividade de distribuição de gás e das mudanças regulatórias em Portugal que afectaram o negócio de produção e o de distribuição de electricidade.⁵⁴

3.5 Evidência empírica

O Governo decidiu privatizar total ou parcialmente EDP, REN, TAP, CTT, GALP e ANA, prevendo o encaixe de milhões de euros, com o objetivo de obter receitas num curto espaço de tempo para amortizar a dívida pública, concretizar a modernização, aumento da competitividade, reestruturação setorial e reforço da capacidade tecnológica e empresarial nacional.

Esta medida do Estado foi uma boa ideia já que as privatizações foram de grande ajuda para melhorar a modernização e inovação da economia. Empresas como a EDP aumentaram seus níveis de desempenho, modernização e inovação após serem privatizadas, e como resultado das privatizações, foi criado em Portugal um mercado de capitais que se desenvolveu, amadureceu e tornou-se mais credível.

Entre 2004 e 2009 EDP entregou em dividendos mais de mil milhões de euros, apesar de acumular uma dívida gigantesca equivalente a cerca del 9% do produto interno bruto português (15 mil milhões de euros). EDP foi a empresa que mais dividendos entregou aos acionistas entre 2008 e 2015 (4,4 milhões de euros). Os lucros da EDP cresceram 16% para 1.113 milhões de euros em 2017 face aos 961 milhões registados em 2016.⁵⁵

A companhia aérea TAP, obteve um lucro de 100,4 milhões de euros em 2017 depois de no ano anterior ter conseguido 33,5 milhões. O negócio da aviação permitiu à TAP SGPS atingir lucros de 21,2 milhões de euros em 2017, depois de ter registado prejuízos de 27,7 milhões de euros em 2016. A TAP aumentou em 18% as suas vendas globais durante o primeiro semestre do ano 2018,

⁵⁴ Rita Faria (2018), *“Resultados sem surpresas levam EDP a cair quase 3%”*, Jornal de Negocios

⁵⁵ Rui Barroso (2019), *China recebe em sete anos 40% do que pagou pela EDP*, Diario de Noticias

indicador que foi, insuficiente para contrariar um resultado operacional negativo de 47 milhões de euros e um prejuízo que chegou aos 90 milhões de euros.⁵⁶

Os CTT passaram a ser uma empresa 100% privada em 2014, e a conclusão da segunda fase da privatização da empresa rendeu 343 milhões de euros aos cofres do Estado. O encaixe financeiro final ascendeu a 909,2 milhões de euros, e o montante das privatizações feitas desde 2011 já totalizam os 6,7 mil milhões.

Em 2014, o valor da dívida ascendeu a 224.477 milhões de euros no final do passado mês de Dezembro de 2013.

Foram poucos os anos em que a dívida pública decresceu. Mas na análise é possível verificar algumas descidas nesta montanha: são poucas, cirúrgicas e a longo prazo foram mais do que compensados por subidas a pique. A forma mais justa de observar a evolução da dívida pública e fazer comparações entre governos é calculando-a em percentagem do Produto Interno Bruto. Não só porque existe o limite europeu de 60% do PIB, mas também porque avalia a forma como determinado Governo conseguiu colocar a economia a crescer e, por isso, fazer diminuir o peso da dívida.

É entre 2005 e 2011 e entre 2011 e 2016 que se verificam as subidas mais íngremes da dívida pública portuguesa. Os contributos para esse aumento são mais complicados de explicar do que as interações geotectónicas. O principal abalo é explicado pelo empréstimo de 78 mil milhões da troika (resgate financeiro), a partir de 2011. Além disso, existiram várias falhas tectónicas que abalaram a dívida pública divididas por três categorias: O impacto dos sucessivos défices primários (segundo o Conselho de Finanças Públicas representam 40% do total), a dinâmica desfavorável entre os juros e o crescimento do produto (representam 30%), e o ajustamento défice-dívida (representa 30%).⁵⁷

O impacto dos défices é uma marca que acompanha quase todas as etapas desta evolução, mas com especial enfoque nos anos de 2005, 2009 (défice de -9,8%) e 2010 (défice de -11,2%). A partir de 2010, os anos de 2011 e 2012 foram especialmente afetados pelo que se chama o ajustamento défice-dívida, o que inclui o alargamento do perímetro das Administrações Públicas

⁵⁶ Dinheiro Vivo (2017), *TAP com lucros de 100 milhões de euros em 2017*

⁵⁷ Tiago Varzim (2017), *Os altos e baixos da dívida pública portuguesa*, Eco Sapo

que trouxeram as dívidas de empresas públicas que anteriormente não contavam. Em 2011 e 2012 com a recessão em Portugal foi claro a diminuição do PIB nominal o que se relaciona diretamente com o rácio da dívida pública.

Em Outubro de 2018, indicou o Banco de Portugal que a dívida pública bruta voltou a fixar novo recorde em em 251,1 mil milhões de euros. É um aumento de 2,1 mil milhões relativamente ao valor que existia no final de setembro, algo que o Banco de Portugal justifica parcialmente com a emissão de novos títulos de dívida (1,9 mil milhões). Ainda assim, mesmo a dívida líquida de depósitos subiu em 800 milhões em relação ao mês anterior, para um total de 224,5 mil milhões de euros. Trata-se de um novo máximo histórico para a dívida total do Estado português, em termos nominais, que deverá inverter-se quando o Tesouro reembolsar antecipadamente o que resta do empréstimo do Fundo Monetário Internacional (FMI), que comporta, neste momento, os juros mais caros para o Estado.

4 Conclusão

Apesar dos lucros nas privatizações das empresas, não ajudou muito a melhorar a redução da dívida pública, no ano 2004 a dívida pública portuguesa estava nos 62% do PIB, em 2000 tinha atingido o seu valor mínimo nos 50,3% e prolongou até 2008 um agravamento progressivo até aos 71,7%. A partir de 2009, ano de grave crise internacional, a dívida disparou, e até ao final de 2011, chegou aos 111,1% do PIB. De acordo com os dados mensais do Banco de Portugal, o valor da dívida em termos absolutos no final de Junho de 2011 era praticamente idêntico ao do final desse mesmo ano (195,6 mil milhões de euros contra 195,7 mil milhões de euros a dívida pública portuguesa finalizou o ano de 2014 em 128,7% do Produto Interno Bruto (PIB), um valor que fica acima das previsões feitas pelo Governo no 2013.

De acordo com os dados publicados no Boletim Estatístico de Fevereiro 2014, o valor da dívida ascendeu a 224.477 milhões de euros no final do passado mês de Dezembro. Em percentagem do PIB, este montante representa 128,7%. É uma descida face aos 131,4% registados no final do terceiro trimestre de 2014, mas significa uma subida em relação ao final de 2013. Uma das explicações que tem vindo a ser dada pelo Executivo para a manutenção da dívida pública em montantes elevados é o facto de o Tesouro, por motivos de precaução, ter vindo a acumular excedentes de tesouraria significativos. De acordo com os dados do Banco de Portugal, os depósitos acumulados no final de 2014 eram de 14.929 milhões de euros. Sem contar com estes números, a dívida pública líquida era de 206.970 milhões de euros em Dezembro de 2014, o que compara com 201.245 milhões de euros em Dezembro de 2013. Em percentagem do PIB, regista-se também uma subida neste indicador, que passou de 117,5% no final de 2013 para 118,6% no final de 2014.

Portugal está mais dependente dos grupos económicos e financeiros, mais endividado e com menos instrumentos para implementar uma política que tenha como prioridade a defesa do interesse nacional e a satisfação das necessidades dos que vivem e trabalham em Portugal. As populações pagam mais por piores serviços. Parte significativa dos trabalhadores das empresas privatizadas foi despedida, ao mesmo tempo que se acentuou a carga de trabalho dos que permaneceram em funções e se degradaram as suas condições laborais. Os únicos beneficiados foram os grandes accionistas que acumulam lucros fabulosos e detêm empresas que conferem um poder fundamental

para condicionar e determinar as opções políticas. O programa de privatização conseguiu modernizar as empresas e gerar muitos lucros, porém o principal objetivo do programa de privatização era reduzir a dívida pública e melhorar seu desempenho. O programa não atendeu a esse objetivo portanto pode-se considerar que o programa de privatização não foi completamente bem-sucedido.

Bibliografia

Mortagua, M (2015), *Quem ganha e perde com as privatizações em Portugal*, Lisboa. Bertrand.

Leira, L (2011), *Estado português vende a sua participação na EDP a... Estados*, Diário Esqueda, Fonte: <https://www.esquerda.net/artigo/estado-vende-sua-participa%C3%A7%C3%A3o-da-edp-estados>

Suspiro, A (2015). *Portugal a venda*, Lisboa. Bertrand (pp 59-67)

Carregueiro, N (2013), *Governo arranca com privatização dos CTT*, Diário de negócios, Fonte: https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/governo_arranca_com_privatizacao_dos_ctt

Caetano, P (2016), *Privatizações e corrupção*. Lisboa, Europress.

Privatização EDP, Fonte: <https://www.edp.com/pt-pt/investidores/acao-edp/privatizacao>

Sorj, B (2006), *A nova sociedade brasileira*, Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor Ltda

Resultados positivos da TAP dão "confiança no futuro", TVI 24 (2018), Fonte: <https://tvi24.iol.pt/economia/lucros/resultados-positivos-da-tap-dao-confianca-no-futuro>

Matos, I (2018), *Tap com prejuízo de 90 milhões de euros no primeiro semestre*, Publituris, Fonte: <https://www.publituris.pt/2018/09/28/tap-com-prejuizo-de-90-milhoes-de-euros-no-primeiro-semester/>

Rodriguez, M (2012), *Políticas públicas em Portugal*. Lisboa. Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Anibal, S (2015), *Dívida pública de 2014 fica acima do previsto pelo Governo*, Jornal de Negócios, Fonte: <https://www.publico.pt/2015/02/23/economia/noticia/divida-publica-de-2014-fica-acima-do-previsto-pelo-governo-1687024#gs.kduXbH43>

Lusa (2015), *Privatizações da EDP e REN não acautelaram "interesses estratégicos do Estado"*, Diário de Notícias, Fonte: <https://www.dn.pt/portugal/interior/privatizacoes-da-edp-e-ren-nao-acautelaram-interesses-estrategicos-do-estado-4650560.html>

Amate, I (2007), *La desregulación y privatización de las empresas públicas*, Almería. Editorial Universidad de Almería

De Jesus, A (2012), *A origem da dívida pública*, Jornal de Negócios, Fonte: https://www.jornaldenegocios.pt/opiniao/detalhe/a_origem_da_diacutevida_puacuteblica

Cuervo, A (1997), *La privatización de la empresa pública*, Madrid. Ediciones encuentro y Alvaro Cuento

Villalobos, L (2019), *Donos da ANA já recuperaram 19% do que pagaram pela privatização dos aeroportos*, Diário Publico, Fonte: <https://www.publico.pt/2019/01/09/economia/noticia/donos-ana-ja-recuperaram-19-pagaram-privatizacao-aeroportos-1857057>

Perez, S (2019), *CTT perdem 57,8M desde a privatização*, Diário Sol, Fonte: <https://sol.sapo.pt/artigo/647852/ctt-perdem-57-8m-desde-a-privatizacao->

Antunes, S (2014), *Analistas realçam conjunto de resultados da Galp "positivo"*, Jornal de Negócios, Fonte: https://www.jornaldenegocios.pt/mercados/bolsa/research/detalhe/analistas_real_cam_conjunto_de_resultados_da_galp_positivo

Ministério das Finanças (1999), *Privatizações e regulação, a experiência de Portugal*, Lisboa. Grafica de Campo de Ourique (pp 81-90)

Sic Notícias (2009), *Lucro da Galp Energia aumenta 43% em 2010*, Fonte: <https://sicnoticias.pt/economia/2011-02-11-lucro-da-galp-energia-aumenta-43-em-20103>

Almeida, I (2016), *Negócios da China*. Alragide. Oficina do Livro

Jorge Costa (2015), *A discreta "estratégia de privatizações" do PS*, Diário Esquerda, Fonte: <https://www.esquerda.net/opiniao/discreta-estrategia-de-privatizacoes-do-ps/37398>

Diário Abril (2016), *Galp: Estado perdeu milhões nos últimos dez anos*, Fonte: <https://www.abrilabril.pt/nacional/galp-estado-perdeu-milhoes-nos-ultimos-dez-anos>

Johnes, G (1995), *Economía de la educación*, Madrid. Ministerio de Trabajo y seguridad social

Comunicado de Imprensa Galp (2009), *Galp Energia apresenta resultado líquido a custos de substituição ajustado (replacement cost adjusted) de 478 milhões de euros*, Fonte: <https://www.galp.com/corp/pt/media/comunicados-de-imprensa/comunicado/id/92/galp-energia->

[apresenta-resultado-liquido-a-custos-de-substituicao-ajustado-replacement-cost-adjusted-de-478-milhoes-de-euros](#)

Resultados Anuais Galp, Fonte: www.galp.com

Organización Internacional del trabajo (1999), *Gestión de la privatización y reestructuración de los servicios públicos*, Ginebra.

Lusa (2016), *Dívida pública sobe para 235,8 mil milhões de euros*, Diário de Notícias, Fonte: <https://www.dn.pt/dinheiro/interior/divida-publica-sobe-para-2358-mil-milhoes-de-euros-valor-mais-alto-desde-fevereiro-de-2015-5204402.html>

Claudia. A (2016) “Finanças Publicas, teoria e prática no Brasil, Rio de Janeiro, Elsevier Editora Ltda.

Varzim. T (2017), *Os altos e baixos da dívida pública portuguesa*, Eco Sapo, Fonte: <https://eco.sapo.pt/2017/04/16/os-altos-e-baixos-da-divida-publica-portuguesa/>

Perez J.L. (2015), *Infografia: Famílias e empresas baixam endividamento pelo segundo ano consecutivo*, Fonte: https://www.jornaldenegocios.pt/economia/conjuntura/detalhe/infografia_familias_e_empresas_baixam_endividamento_pelo_segundo_ano_consecutivo